

DIREITO CONSTITUCIONAL

Poder Legislativo



Presidente: Gabriel Granjeiro

Vice-Presidente: Rodrigo Calado

Diretor Pedagógico: Erico Teixeira

Diretora de Produção Educacional: Vivian Higashi

Gerente de Produção Digital: Bárbara Guerra

Todo o material desta apostila (incluindo textos e imagens) está protegido por direitos autorais do Gran. Será proibida toda forma de plágio, cópia, reprodução ou qualquer outra forma de uso, não autorizada expressamente, seja ela onerosa ou não, sujeitando-se o transgressor às penalidades previstas civil e criminalmente.

CÓDIGO:

2211042189383



LUCIANO DUTRA

Advogado da União desde 2009, com atuação no Supremo Tribunal Federal. Autor de livros. Professor de Direito Constitucional com ampla experiência em cursos preparatórios para concursos públicos e Exames de Ordem presenciais e on-line. Aprovado em diversos concursos públicos. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora e pós-graduado em Direito Público. Graduado e pós-graduado em Ciências Militares.

GRAN
CONCURSOS

SUMÁRIO

Poder Legislativo	4
1. Introdução.....	4
2. Congresso Nacional	5
3. Atribuições do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal	8
4. Convocação, Comparecimento Voluntário e Pedidos Escritos de Informações .	12
5. Imunidade Parlamentar.....	14
6. Os Deputados e Senadores Não Poderão	21
7. Perda do Mandato	22
8. Reuniões	24
9. Comissões e Mesas.....	27
10. Comissão Parlamentar de Inquérito	28
11. Poderes da CPI	29
12. Súmulas e Jurisprudência Aplicadas	33
Resumo	37
Questões de Concurso	40
Gabarito	61
Gabarito Comentado	62

PODER LEGISLATIVO

1. INTRODUÇÃO

Olá, meu(minha) aluno(a)!!! Espero que este texto o encontre bem.

Vamos agora iniciar o estudo do **Título IV** da Constituição Federal que trata da **Organização dos Poderes**, começando, justamente, pelo seu **Capítulo I – Poder Legislativo**.

Dividiremos este estudo em três partes. Em um primeiro momento, falaremos do Poder Legislativo propriamente dito. Em seguida, trataremos do Processo Legislativo. E, por fim, da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. Ok?

Então, venha comigo estudar o Poder Legislativo!!!

O **Poder Legislativo** possui as **funções típicas de legislar e fiscalizar**. Como **funções atípicas**, o Poder Legislativo **administra** servidores e bens e **julga** certas autoridades pelo cometimento do crime de responsabilidade. Essa função jurisdicional cabe ao Senado Federal, conforme o art. 52, incs. I e II, vejamos:

Art. 52. Compete privativamente ao **Senado Federal**:

I – processar e **julgar** o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

II – processar e **julgar** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

Por mais simples que isso possa parecer – e realmente é –, cai em concurso público. Perceba!!!

DIRETO DO CONCURSO 

001. O legislador constituinte brasileiro distribuiu as funções estatais entre os poderes da República, sem, contudo, atribuir a exclusividade absoluta da função a determinado poder. Assim, o Poder Legislativo tem, como funções típicas, as de legislar e fiscalizar e, como funções atípicas, as de julgar e administrar.



Exatamente como ensinamos.

Certo.

002. O Senado Federal, ao julgar o processo de crime de responsabilidade de presidente da República, exercerá uma função jurisdicional.

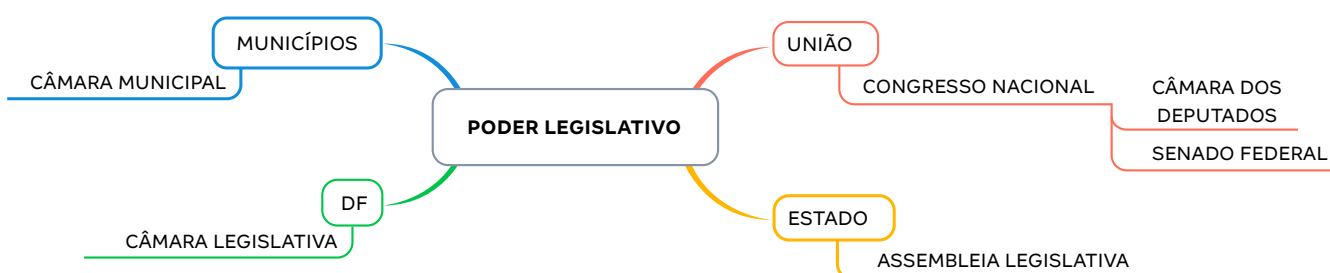


É o melhor exemplo do exercício da função jurisdicional pelo Poder Legislativo.

Certo.

O **Poder Legislativo**, no âmbito da federação brasileira, é **exercido** da seguinte maneira:

- **União:** pelo Congresso Nacional. Este é o único bicameral, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Os demais são unicamerais.
- **Estados-Membros:** pelas Assembleias Legislativas.
- **Distrito Federal:** pela Câmara Legislativa.
- **Municípios:** pelas Câmaras Municipais de Vereadores.



DIRETO DO CONCURSO

003. O Poder Legislativo federal é bicameral e exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.



Conforme explicamos, no Brasil, o único parlamento que é bicameral é o Congresso Nacional, formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

Certo.

Vamos, doravante, aprofundar no estudo do Congresso Nacional.

2. CONGRESSO NACIONAL

O **Congresso Nacional**, como dito, é formado pela **Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal** – sistema bicameral (art. 44, *caput*). É importantíssimo fazer um paralelo entre a Câmara e o Senado. Vamos a ele.

A **Câmara dos Deputados** compõe-se de **representantes do povo**, eleitos pelo sistema **proporcional** em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal, para um **mandato de 4 anos**, permitidas sucessivas reeleições (art. 45, *caput*).

Estabelece o § 1º do art. 45 que o número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por **lei complementar, proporcionalmente**

à **população**, procedendo-se aos ajustes necessários no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha **menos de oito ou mais de setenta Deputados**.

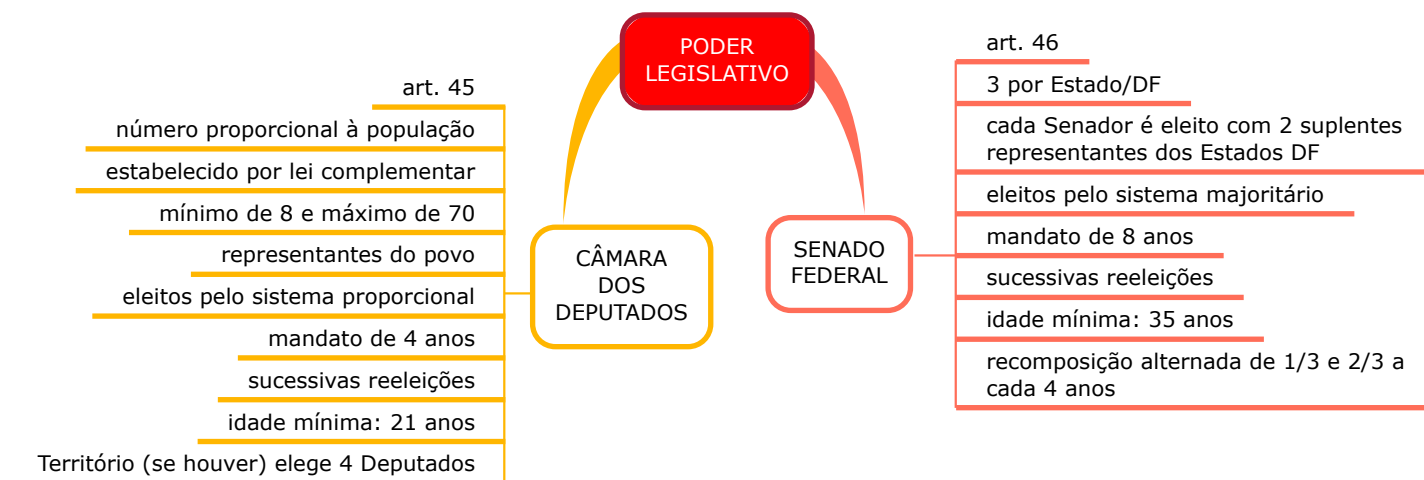
Além disso, caso sejam criados os **Territórios Federais**, estes terão **4 Deputados Federais** (art. 45, § 2º).

Já o **Senado Federal** compõe-se de **representantes dos Estados e do Distrito Federal**, de forma paritária, ao **número de 3 por entidade federativa**, eleitos, cada qual, com **dois suplentes**, escolhidos segundo o princípio **majoritário** para um **mandato de 8 anos**. Sendo, em cada eleição, que ocorre a cada 4 anos, eleitos alternadamente **um terço e dois terços** dos membros dessa Casa Legislativa (art. 46).

Por importante, façamos um paralelo entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal:

CONGRESSO NACIONAL	
Câmara dos Deputados (art. 45)	Senado Federal (art. 46)
Número de Deputados estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população – mínimo de 8 e máximo de 70 por Estado/DF (art. 45, § 1º)	3 Senadores por Estado/DF (art. 46, § 1º) – cada Senador será eleito com 2 suplentes (art. 46, § 3º)
Representantes do povo (art. 45, <i>caput</i>)	Representantes dos Estados/DF (art. 46, <i>caput</i>)
Eleição pelo sistema proporcional (art. 45, <i>caput</i>)	Eleição pelo sistema majoritário (art. 46, <i>caput</i>)
Mandato de 4 anos	Mandato de 8 anos (art. 46, § 1º)
Sucessivas reeleições	Sucessivas reeleições
Idade mínima: 21 anos (art. 14, § 3º, VI, c)	Idade mínima: 35 anos (art. 14, § 3º, VI, a)
Territórios, se houver: elegem 4 Deputados (art. 45, § 2º); não elegem Senador	Recomposição alternada de 1/3 e 2/3 dos Senadores a cada 4 anos (art. 46, § 2º)

Para nunca mais esquecermos desses pontos importante, vamos a um mapa mental:



DIRETO DO CONCURSO

004. O Senado Federal compõe-se de três representantes de cada estado e do DF, com mandato de oito anos, eleitos segundo o princípio proporcional, sendo os representantes renovados de quatro em quatro anos, de forma alternada, por um e dois terços.



Na verdade, os Senadores são eleitos pelo sistema majoritário.

Errado.

005. O Distrito Federal elege três Senadores, para mandato de oito anos.



Exatamente isso!!!

Certo.

006. O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos segundo o princípio da proporcionalidade.



O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados-Membros e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

Errado.

007. Os estados, o DF e os territórios são representados por três Senadores, eleitos, com dois suplentes, para mandatos de oito anos, sendo a representação renovada a cada quatro anos, na proporção de um terço, de acordo com o princípio proporcional e de dois terços, de acordo com o princípio majoritário.



Os Territórios não elegem Senadores, justamente por não serem um Estado-Membro. Além disso, os Senadores são eleitos pelo sistema majoritário.

Errado.

008. O Congresso Nacional se compõe da Câmara dos Deputados, integrada por representantes dos Estados e do Distrito Federal, e do Senado Federal, que é formado pelos representantes do povo.



É o contrário. O Congresso Nacional é composto pela Câmara dos Deputados, integrada por **representantes do povo**, e pelo Senado Federal, que é formado pelos **representantes dos Estados e do Distrito Federal**.

Errado.

Dito isso, caro(a) aluno(a), temos de saber as atribuições do Congresso Nacional e de suas Casas – Câmara dos Deputados e Senado Federal. Venha comigo!!!

3. ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL, DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL

Prezado(a) aluno(a), quanto às atribuições do Congresso Nacional e de suas Casas, não tem para onde fugir: tem que ler a Constituição Federal mesmo. Se forem cobradas, será a transcrição da Constituição Federal na prova. Assim, para facilitar nossa vida, vou trazer para dentro do PDF os exatos termos da nossa norma constitucional. Fechado?

O art. 48 estabelece as competências do **Congresso Nacional** que serão exercidas por meio de **lei**, portanto, **com** sanção do Presidente da República. É importantíssimo ler com atenção o art. 48, sobretudo se o seu concurso for para servidor do Poder Legislativo:

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

- I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;
- II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;
- III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

- IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;
- V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;
- VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas;
- VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;
- VIII – concessão de anistia;
- IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal;
- X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b;
- XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública;
- XII – telecomunicações e radiodifusão;
- XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;
- XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.
- XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I.

Já o art. 49 trata das competências do **Congresso Nacional** disciplinadas por **decreto legislativo**, no caso, **sem** a fase de sanção ou veto do Presidente da República.

Art. 49. É da **competência exclusiva do Congresso Nacional**:

- I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;
- II – autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;
- III – autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;
- IV – aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;
- V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
- VI – mudar temporariamente sua sede;
- VII – fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;
- VIII – fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;
- IX – julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;
- X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

- XI – zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;
- XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
- XIII – escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;
- XIV – aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;
- XV – autorizar referendo e convocar plebiscito;
- XVI – autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;
- XVII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

DICA DO LD

Perceba que essas competências do art. 49 são previstas na forma de verbos no infinitivo.

DIRETO DO CONCURSO

009. Ato normativo publicado pelo presidente da República e cujo conteúdo exorbite do poder de regulamentar poderá ser sustado pelo Congresso Nacional.



É o que estabelece o art. 49, V, da CF/1988.

Certo.

Por sua vez, as competências da **Câmara dos Deputados** estão previstas no art. 51. Serão, em regra, estabelecidas por **resolução, sem** sanção do Presidente da República, salvo o inciso IV, na parte que trata da **remuneração dos seus servidores**, que será por meio de **projeto de lei**.

Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

- I – autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;
- II – proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;
- III – elaborar seu regimento interno;
- IV – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
- V – eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

Por fim, as competências do **Senado Federal** estão no art. 52, disciplinadas por **resolução**, **sem** sanção do Presidente, salvo o inciso XIII, na parte que trata da **remuneração dos seus servidores**, que será por meio de **projeto de lei**.

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I – processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles; II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

- a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;
- b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República; c) Governador de Território;
- d) Presidente e diretores do banco central;
- e) Procurador-Geral da República;
- f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI – fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII – dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII – dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX – estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X – suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI – aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII – elaborar seu regimento interno;

XIII – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

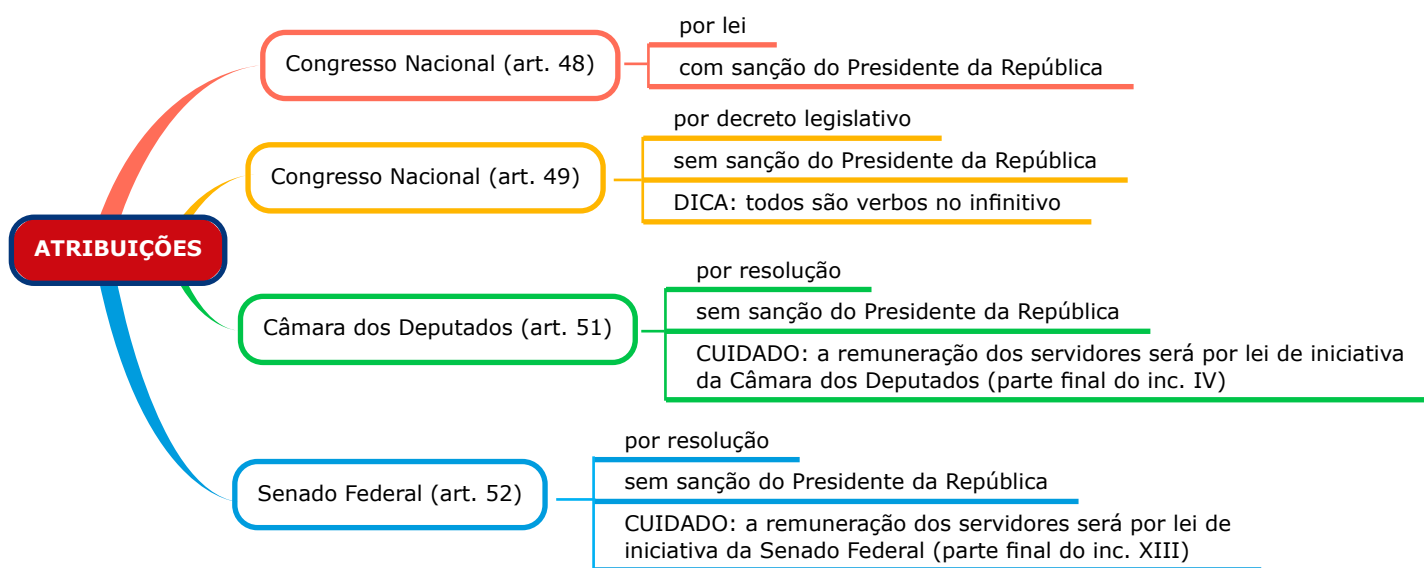
XIV – eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

XV – avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.

Sobre o art. 52, inciso I, se os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica cometerem crime de responsabilidade em **conexão** com o Presidente da República ou com o Vice-Presidente, serão julgados pelo **Senado Federal**, ao passo que, se cometerem o crime de responsabilidade de forma isolada serão julgados pelo **STF**.

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;



4. CONVOCAÇÃO, COMPARECIMENTO VOLUNTÁRIO E PEDIDOS ESCRITOS DE INFORMAÇÕES

Aqui, temos de tomar muito cuidado com os detalhes. Segundo o art. 50, *caput*, "a **Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões**, poderão convocar **Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços** para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada (redação dada pela EC n. 132, de 2023)".

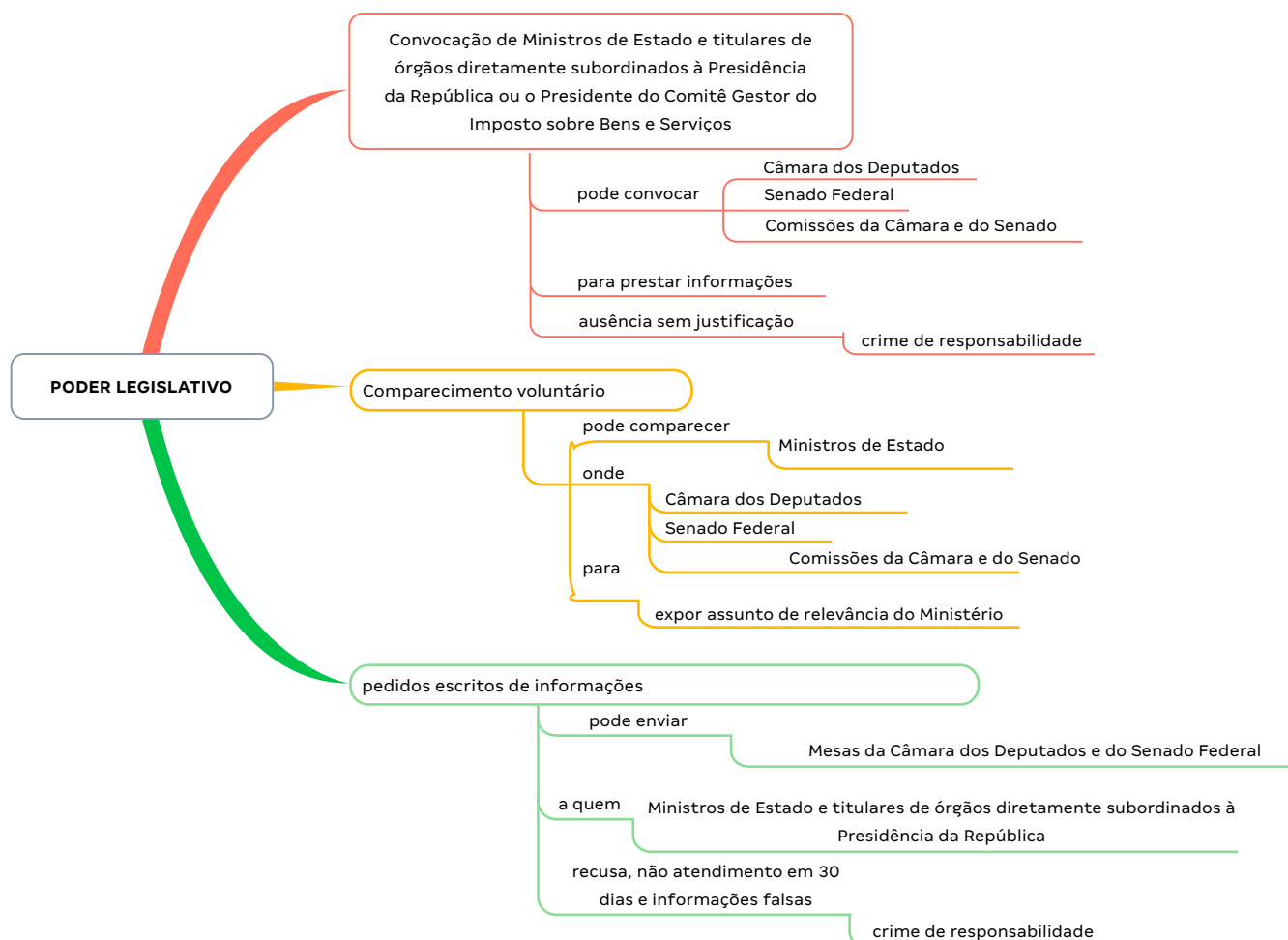
Já o § 1º deste art. 50 estabelece o **comparecimento voluntário dos Ministros de Estado** ao parlamento federal. Perceba: “os **Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões**, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério”.

Como você pode verificar, não se fala de comparecimento voluntário dos titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, apenas dos Ministros de Estado.

Por fim, o art. 50, § 2º, permite o encaminhamento de **pedidos escritos de informações** nos seguintes termos: “as **Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal** poderão encaminhar **pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo (quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República)**, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de **trinta** dias, bem como a prestação de informações falsas”.

Mais um detalhe que fará diferença na hora da prova: quem encaminha pedidos escritos de informações é a **Mesa**. Muito cuidado com isso!!!

Para corroborar esses ensinamentos, vamos a um mapa mental.



Dito isso, vamos tratar de um tema que já caiu demais em concurso público: imunidade parlamentar. Aliás, não cai não, despenca! Ok?

5. IMUNIDADE PARLAMENTAR

As **imunidades** são **prerrogativas** previstas na Constituição Federal para que os parlamentares exerçam as suas atribuições de forma livre de pressões. Os parlamentares dispõem de **dois tipos de imunidades**:

- a) imunidade material** (também chamada de substancial, absoluta, real ou inviolabilidade);
- b) imunidade formal** (também chamada de processual ou adjetiva).

Vejamos cada uma delas, começando pela imunidade material.

- **Imunidade Material**

A **imunidade material** está prevista no *caput* do art. 53, segundo o qual “os Deputados e Senadores são **invioláveis, civil e penalmente**, por quaisquer de suas **opiniões, palavras e votos**”. A imunidade alcança as searas:

- a) civil**, proibindo a condenação do parlamentar por perdas e danos; e
- b) penal**, haja vista que, conforme reconhece o STF, o fato é atípico (não caracteriza crime).

Cuidado: a imunidade trazida pelo *caput* do art. 53 **não alcança a instância política**, vale dizer, o parlamentar **pode ser responsabilizado politicamente por suas manifestações**, desde que **incompatível com o decoro parlamentar** (art. 55, § 1º).

Art. 55., § 1º – É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o **abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional** ou a percepção de vantagens indevidas.

Entende-se por **decoro parlamentar** um conjunto de princípios e normas de conduta que orientam o comportamento do parlamentar no exercício de seu mandato e que estabelecem medidas disciplinares em caso de descumprimento (conceito retirado do site do Congresso Nacional).

Vamos aprofundar para além do que traz a Constituição Federal, tomando por base, especialmente, a jurisprudência do STF.

Primeiro ponto: qual é o **marco inicial da imunidade material**? Temos uma divergência doutrinária. Uma corrente defende que é da **posse** e outra corrente que é da **diplomação**. Considera-se **diplomação** o ato formal pelo qual a Justiça Eleitoral entrega o título que torna os candidatos eleitos representantes do povo, reconhecendo a validade de suas eleições.

Dada a divergência, acho pouco provável que isso seja cobrado, mas, se for, nossa posição é que o marco inicial é a data da **posse**.

E quais os **tipos de manifestações protegidas**? A imunidade material protege **qualquer espécie de manifestação parlamentar**, seja verbal, escrita ou gestual.

Outro ponto bastante importante diz respeito ao **local de incidência**. A imunidade material protege as manifestações dos parlamentares **dentro ou fora do Congresso Nacional**, em qualquer parte do território nacional, **desde que guardem conexão com o exercício da atividade congressional**.

Destaca-se que, sobre as manifestações que ocorram **dentro das instalações do Congresso Nacional**, há uma **presunção absoluta de pertinência com a atividade parlamentar**. Agora, se a manifestação for **proferida fora do Congresso**, deve-se verificar no caso concreto a pertinência da manifestação com o exercício da atividade parlamentar.

DIRETO DO CONCURSO

010. Ainda que fora do Congresso Nacional, se estiver no exercício de sua função parlamentar, o Deputado federal é inviolável, civil ou penalmente, por suas palavras e opiniões.



Exatamente. A imunidade material se estende para as manifestações proferidas fora das instalações do Congresso Nacional, desde que ligadas à atividade parlamentar.

Certo.

011. Quando um Deputado federal emite sua opinião no âmbito do Congresso Nacional, ele estará inviolável, civil e penalmente, estando isento de ser enquadrado em crime de opinião. No entanto, se as palavras forem proferidas fora do Congresso Nacional, haverá a necessidade de se perquirir o vínculo de suas opiniões com a atividade política para que seja mantida a inviolabilidade.



Conforme ensinamos.

Certo.

Prosseguindo, **quem possui** a imunidade material de que estamos tratando? **Todos os parlamentares** federais, estaduais, distritais e municipais possuem a chamada imunidade material. No entanto, no que tange à imunidade material dos **Vereadores**, a inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato **restringe-se à circunscrição do Município** (art. 29, VIII). Ou seja, no caso específico dos Vereadores, caso emita suas opiniões fora dos limites territoriais do seu Município, poderá ser responsabilizado civil e/ou penalmente.

Art. 29., VIII – inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e **na circunscrição do Município;**

O parlamentar **que se afasta do mandato para ocupar cargo no Executivo** leva consigo a imunidade material? A resposta é negativa. O parlamentar que se afasta para ocupar cargo no Poder Executivo (art. 56, I) **não leva consigo a imunidade material**, uma vez que se trata de uma prerrogativa ligada ao cargo de parlamentar e não à pessoa.

Art. 56. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I – investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária;

Será que caberia **renúncia** da imunidade material pelo parlamentar? Segundo entendimento do STF, as imunidades parlamentares **não podem ser objeto de renúncia**, justamente por serem uma prerrogativa ligada ao cargo e não à pessoa.

E como fica a situação da imunidade material **após o término do mandato**? O parlamentar **não responderá**, após o término do mandato, pelas manifestações protegidas pela imunidade material durante o exercício da atividade congressional.

EXEMPLO

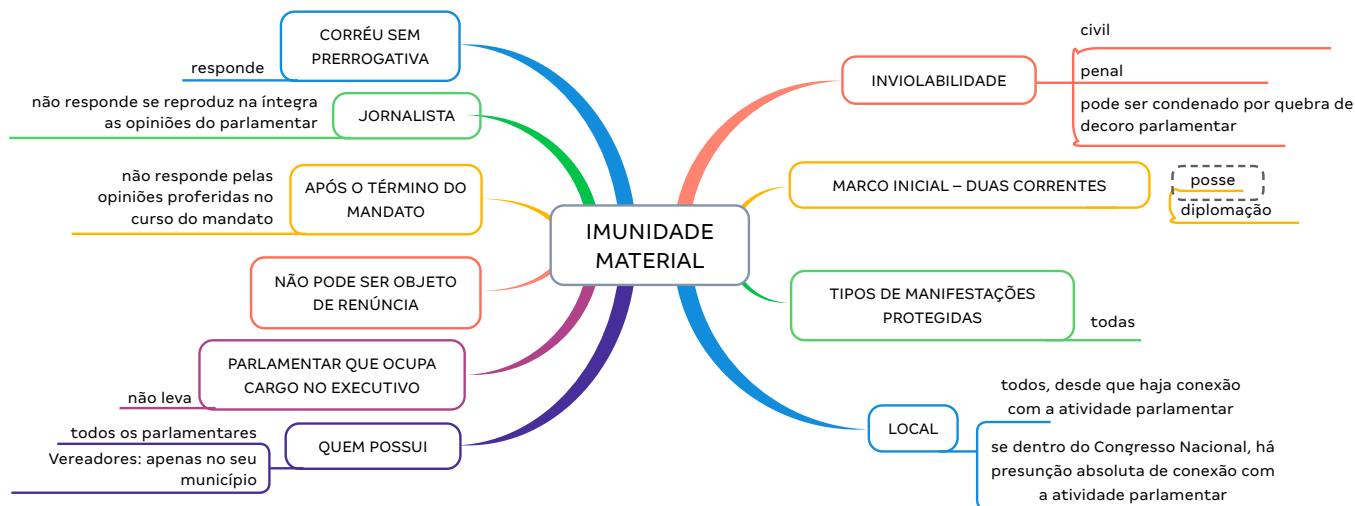
Em plenário, um Deputado acusa outro parlamentar de ladrão. Em tese, tal manifestação seria caracterizada como um crime contra a honra do ofendido, mas, sob o manto da imunidade material, o fato não passa pelo primeiro filtro caracterizador do crime que é a tipicidade (será atípico durante e depois do cumprimento do mandato). Ou seja, pelas manifestações proferidas durante o mandato, o parlamentar é materialmente imune durante e após o período do mandato.

Agora, pense o seguinte: um parlamentar é convidado por um jornalista para uma entrevista; nesse ato, o parlamentar expõe suas opiniões ligadas à atividade congressional que têm o potencial de causar danos morais a alguém e, até mesmo, caracterizar um crime. Como já sabemos, o parlamentar está materialmente imune, mas como **fica a situação do jornalista que publicou a matéria**? Será que ele responderia por isso? Segundo o STF, a imunidade parlamentar **protege o jornalista que reproduz as manifestações parlamentares, desde que se limite a reproduzi-las na íntegra, responsabilizando-se pelas opiniões pessoais**.

Por fim, cuidado com a **Súmula n. 245, do STF**, segundo a qual “a imunidade parlamentar não se estende ao corrêu sem essa prerrogativa”. Para entender melhor essa Súmula, vamos a um exemplo hipotético. Um parlamentar está na Tribuna do Plenário, proferindo palavras potencialmente lesivas a uma determinada categoria e, ao seu lado, está o seu principal

Assessor, corroborando as frases ofensivas. Por estar dentro do Congresso Nacional, o parlamentar estará materialmente imune, mas o seu Assessor que não detém a prerrogativa responderá civil e/ou penalmente pelas suas opiniões. Compreendeu?

Para fechar, vamos a um mapa mental.



Vista a imunidade material, passemos a abordar as imunidades formais.

IMUNIDADES FORMAIS

As **imunidades formais** são prerrogativas atribuídas aos parlamentares com **relação à prisão ou ao trâmite processual penal**, existentes a partir da **diplomação**. Aqui, não se tem dúvida. O **marco temporal** do início das imunidades formais é a **diplomação**.

De acordo com o § 2º do art. 53, **desde a expedição do diploma**, os membros do Congresso Nacional **não poderão ser presos, salvo em flagrante delito por crime inafiançável**. Uma vez presos, os autos deverão ser remetidos dentro de **vinte e quatro horas** à respectiva Casa, para que, pelo voto da maioria **absoluta** de seus membros, resolva sobre a prisão.

Mas cuidado!!! Apesar de a Constituição não afirmar, **é possível a prisão do parlamentar condenado definitivamente por decisão do STF**. Aliás, tivemos várias ultimamente.

Além disso, os Deputados e Senadores, **desde a expedição do diploma**, serão submetidos a julgamento perante o **Supremo Tribunal Federal** (art. 53, § 1º). É o que a doutrina chama de **prerrogativa de foro**.

No julgamento da AP 937, o STF definiu que este foro por prerrogativa de função conferido aos Deputados Federais e Senadores da República **se aplica apenas a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas**. Isto é, para que o STF seja o tribunal competente para julgar o crime cometido pelo parlamentar, este delito deve ser contemporâneo ao mandato atual e ter sido cometido em razão do mandato. Caso o crime tenha sido cometido antes da diplomação ou após a diplomação, mas sem conexão com o exercício do cargo, o processo penal será de competência das instâncias ordinárias.

Ocorre que, em recente decisão (HC 232.627), o STF fixou posição mais ampla sobre a competência dos tribunais para julgar os crimes funcionais praticados por autoridades com prerrogativa de foro ("foro privilegiado"), no sentido de mantê-la mesmo após o término do exercício das respectivas funções. Segundo a tese fixada pelo STF: "A prerrogativa de foro para julgamento de crimes praticados no cargo e em razão das funções **subsiste mesmo após o afastamento do cargo**, ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados depois de cessado seu exercício".

Segundo o STF, essa prerrogativa de foro **acompanha** o parlamentar que se afasta para ocupar cargo no Executivo. De acordo com o Supremo, o membro do Congresso Nacional que se licencia do mandato para investir-se no cargo de Ministro de Estado não perde os laços que o unem, organicamente, ao Parlamento. Consequentemente, continua a subsistir em seu favor a garantia constitucional da prerrogativa de foro em matéria penal (Inq. 777-3).

Com o julgamento do HC 232.627, como fica a prerrogativa de foro?

FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO	
Tese fixada	"A prerrogativa de foro para julgamento de crimes praticados no cargo e em razão das funções subsiste mesmo após o afastamento do cargo , ainda que o inquérito ou a ação penal sejam iniciados depois de cessado seu exercício."
Fundamento	Garantia da imparcialidade e da independência do julgamento, evitando deslocamentos que prejudicam a celeridade e eficiência processual.
Base constitucional	Art. 102, I, "b", da CF/1988 – competência originária do STF para processar e julgar infrações penais comuns cometidas por determinadas autoridades.
Jurisprudência ultrapassada	- Súmula 394/STF (cancelada): previa a manutenção do foro especial mesmo após a saída do cargo. - QO no INQ 687/SP: estabeleceu que o foro especial não se manteria após a perda do mandato. - QO na AP 937/RJ: restringiu o foro especial a crimes cometidos no cargo e relacionados às funções.
Problema do deslocamento de competência	O declínio da competência após a perda do cargo causava instabilidade processual, permitindo a manipulação da jurisdição pelo próprio acusado (renúncia estratégica para evitar o foro superior).
Decisão mais atual do STF	O foro especial deve ser mantido para crimes cometidos no cargo e em razão das funções, ainda que o agente perca o cargo antes do início da ação penal.
O foro especial não se aplica se:	- O crime foi cometido antes da investidura no cargo. - O crime não tiver relação com o exercício da função pública.

É importante ressaltar que o **titular** do mandato parlamentar goza das imunidades, **o suplente não**. De acordo com o STF, os direitos inerentes à suplência abrangem, unicamente, o direito de substituição, em caso de impedimento, e o direito de sucessão, na hipótese

de vaga. Antes de ocorrido o fato gerador da convocação, quer em caráter permanente (resultante do surgimento de vaga), quer em caráter temporário (decorrente da existência de situação configuradora de impedimento), o suplente dispõe de mera expectativa de direito, não lhe assistindo, por isso mesmo, qualquer outra prerrogativa de ordem parlamentar, pois o suplente, enquanto tal, não se qualifica como membro do Poder Legislativo (Inq. 3900).

DIRETO DO CONCURSO

012. O órgão responsável pelo julgamento de Deputados e Senadores, a partir do momento da expedição de seus diplomas, é o Superior Tribunal de Justiça.



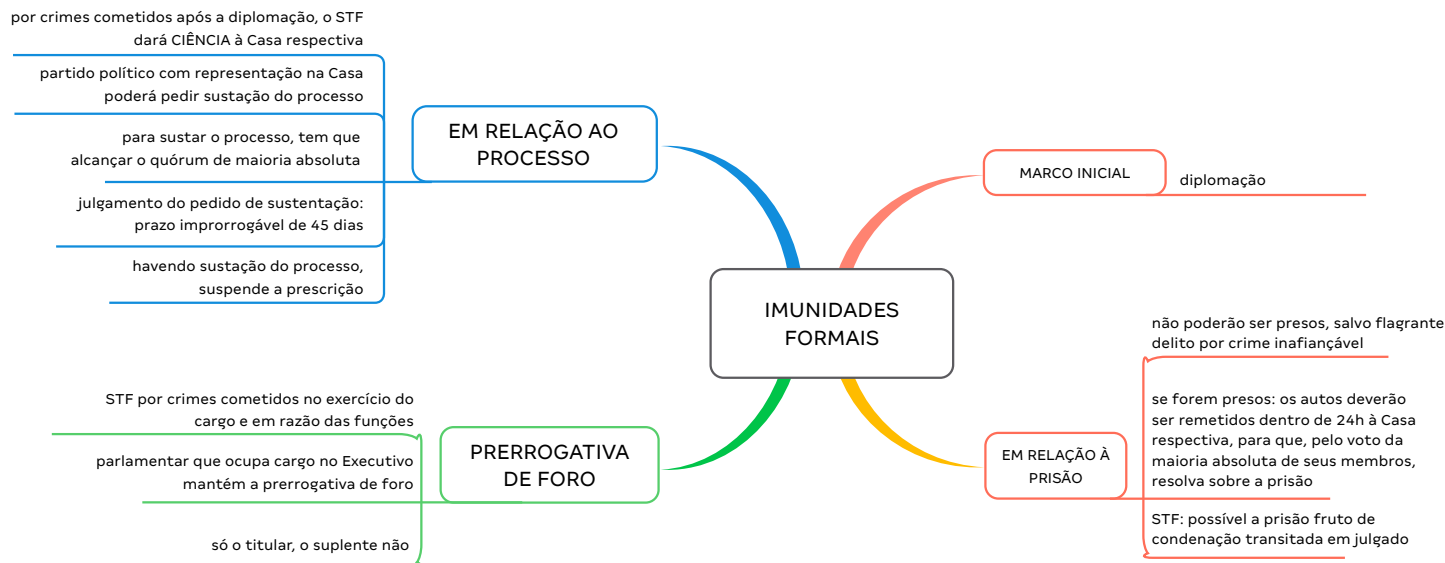
O órgão responsável pelo julgamento de Deputados e Senadores, a partir do momento da expedição de seus diplomas, é o **Supremo Tribunal Federal**.

Errado.

Muito embora o STF possua competência para processar e julgar os parlamentares federais, por crimes cometidos após a diplomação e em razão das funções parlamentares, o STF, ao receber a denúncia ou queixa (se for o caso), deverá dar **ciência à respectiva Casa Legislativa**. Nesse caso, **partido político com representação na Casa** poderá pedir a **sustação** do processo, que será decidida por voto da maioria **absoluta** dos seus membros, no **prazo improrrogável de 45 dias do seu recebimento pela Mesa Diretora**. Caso a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal decida pela sustação do processo, ocorrerá a **suspensão do prazo prescricional** enquanto durar o mandato parlamentar (art. 53, §§ 3º a 5º).

DICA DO LD

Antigamente, o processo penal contra parlamentares federais dependia de prévia licença da Casa respectiva. Desde a Emenda Constitucional n. 35, de 2001, que não se fala mais em licença. Desde então, o papel do STF é apenas dar ciência à Casa respectiva que poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.



DIRETO DO CONCURSO

013. Os parlamentares federais possuem imunidade formal para a prisão e para o processo, não podendo, desde a expedição do diploma, ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente sem prévia licença da respectiva casa.



Não se fala em prévia licença. Conforme abordamos, recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal **dará ciência** à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação. **Errado.**

OUTRAS IMUNIDADES

Para terminar o tema imunidades, vejamos outras trazidas pela Constituição Federal:

- **isenção do dever de testemunhar (art. 53, § 6º):** os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

DIRETO DO CONCURSO

014. Deputados e Senadores não são obrigados a testemunhar em CPI acerca de informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.



É o que prevê o art. 53, § 6º, da CF/1988.

Certo.

- **incorporação às Forças Armadas (art. 53, § 7º):** a incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de **prévia licença** da Casa respectiva.

DIRETO DO CONCURSO

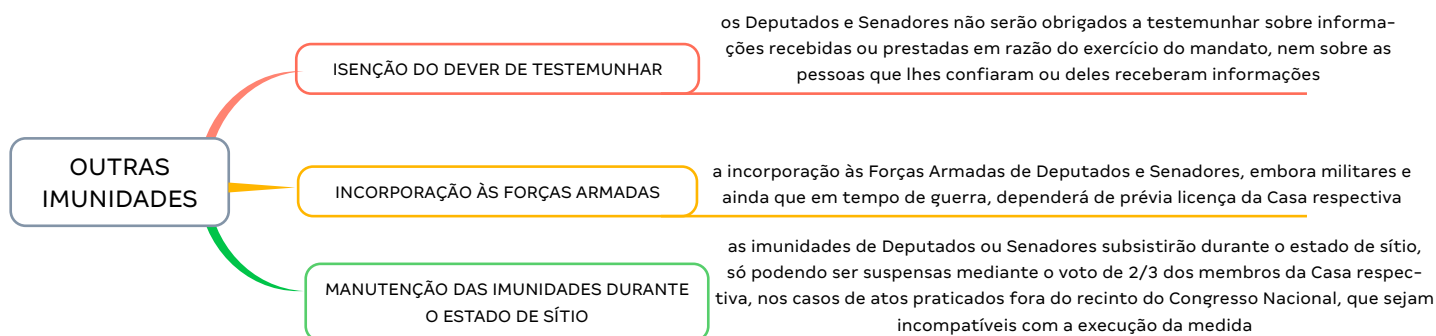
015. É necessária licença da casa legislativa para que o parlamentar possa incorporar-se às Forças Armadas, mesmo em tempos de guerra.



É o que está consignado no art. 53, § 7º, da CF/1988.

Certo.

- **manutenção durante o estado de sítio (art. 53, § 8º):** as imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o **estado de sítio**, podendo ser suspensas apenas mediante o voto de **dois terços** dos membros da respectiva Casa, nos casos de atos praticados **fora** do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.



6. OS DEPUTADOS E SENADORES NÃO PODERÃO

Segundo o art. 54, inc. I, os Deputados e Senadores não poderão, desde a **expedição do diploma**:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes. Entende-se por contrato que obedece cláusulas uniformes quando se trata de um contrato padrão para todos, como, por exemplo, um contrato de adesão com uma operadora de telefonia móvel;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis “ad nutum”, nas seguintes entidades: pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

Ademais, de acordo com o art. 54, inc. II, os Deputados e Senadores não poderão, **desde a posse**:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis “ad nutum”, nas seguintes entidades: pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das seguintes entidades: pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público;

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

7. PERDA DO MANDATO

O art. 55 traz as hipóteses em que poderá haver a perda do mandato parlamentar, que se dará por cassação ou por extinção.

A **cassação** do mandato será **decidida** pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa (art. 55, § 2º). Essa medida depende de decisão da Câmara ou do Senado, por voto aberto (mudança efetivada pela EC 76, de 2013).

À luz do art. 55, perderá o mandato, **por cassação**, o Deputado ou Senador:

I – que **infringir qualquer das proibições** estabelecidas no art. 54;

II – cujo procedimento for declarado **incompatível com o decoro parlamentar**; e

VI – que sofrer **condenação criminal em sentença transitada em julgado**.

De acordo com o § 1º do art. 55, é **incompatível com o decoro parlamentar**, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

Por sua vez, a **extinção** do mandato será **declarada** pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa (art. 55, § 3º).

Perderá o mandato, por **extinção**, de acordo com o art. 55, o Deputado ou Senador:

III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à **terça parte** das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV – que **perder ou tiver suspensos os direitos políticos**; e

V – quando o **decretar a Justiça Eleitoral**, nos casos previstos nesta Constituição.

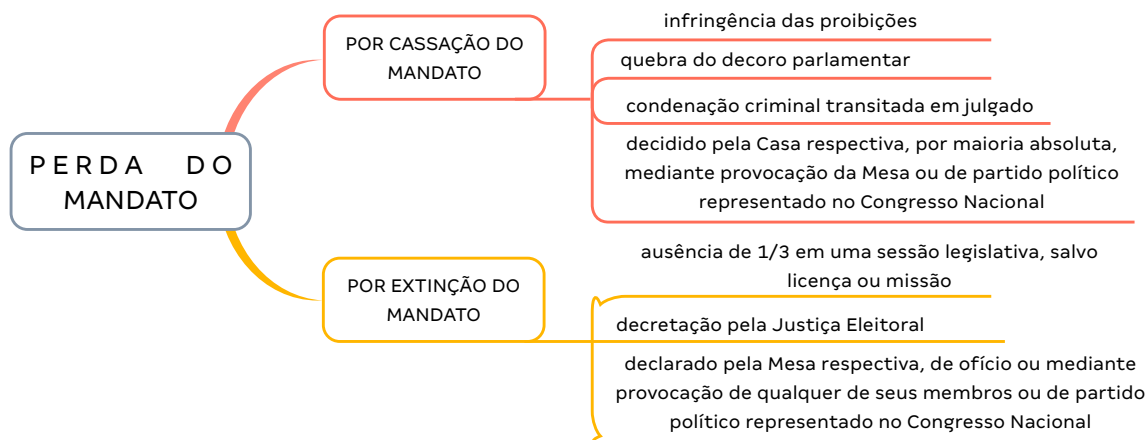
Por fim, a renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos do art. 55, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais que possam levar à cassação ou extinção do mandato (art. 55, § 4º).

DE OLHO NA JURISPRUDÊNCIA

1) De acordo com o STF e o art. 22-A da Lei nº 9.096, de 1995, além das hipóteses de perda do mandato previstas no art. 55, o parlamentar pode perder o mandato por **infidelidade partidária** se decidir mudar de partido político. Caso isso ocorra, o parlamentar sofrerá um processo na Justiça Eleitoral, observado o contraditório e a ampla defesa, em que se analisará se havia ou não justa causa para a mudança de partido político (ADI 5.081). Essa previsão só vale para **eleições proporcionais** (Deputados Federais, Estaduais, Distritais e Vereadores).

2) Segundo o STF, a perda do mandato por infidelidade partidária (troca de partido) **não se aplica às eleições majoritárias** (Presidente da República, Governadores, Prefeitos e Senadores) (ADI 5.081).

Para facilitar a compreensão, vamos a um mapa mental.



Em sentido contrário, o art. 56 traz as hipóteses em que o Deputado ou o Senador **não perderá o mandato**, são elas:

I – investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária;

II – licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo 56 ou de licença superior a cento e vinte dias (art. 56, § 1º).

Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de **quinze meses** para o término do mandato (art. 56, § 2º).

Na hipótese de ser investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária, o Deputado ou Senador **poderá optar pela remuneração do mandato** (art. 56, § 3º).

8. REUNIÕES

No art. 57, ao tratar das formas de reunião do Congresso Nacional, a Constituição Federal traz as espécies de sessões existentes: 1) sessão ordinária; 2) sessão extraordinária; 3) sessão preparatória; e 4) sessão conjunta. Além disso, podemos trazer uma quinta espécie de sessão - a sessão unicameral - que está no art. 3º, do ADCT. Vamos estudar cada espécie de sessão.

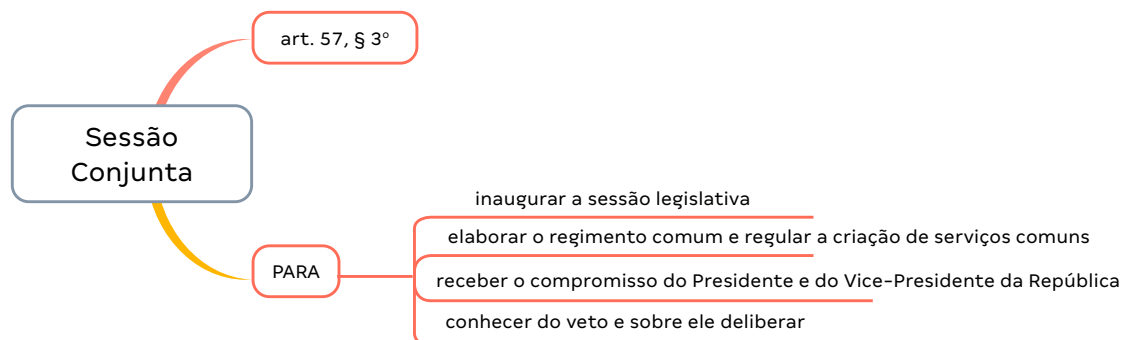


O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro, o que chamamos de **sessão legislativa ordinária**. Essa sessão legislativa ordinária divide-se em dois períodos legislativos: 1º) 02/02 a 17/07; 2º) 01/08 a 22/12. Quatro sessões legislativas ordinárias formam uma legislatura.



O art. 57, § 3º, traz as hipóteses de **sessão conjunta**, são elas:

- I - inaugurar a sessão legislativa;
- II - elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas;
- III - receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República;
- IV - conhecer do veto e sobre ele deliberar.



Cada uma das Casas do Congresso Nacional reunir-se-á em **sessões preparatórias**, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente. Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.

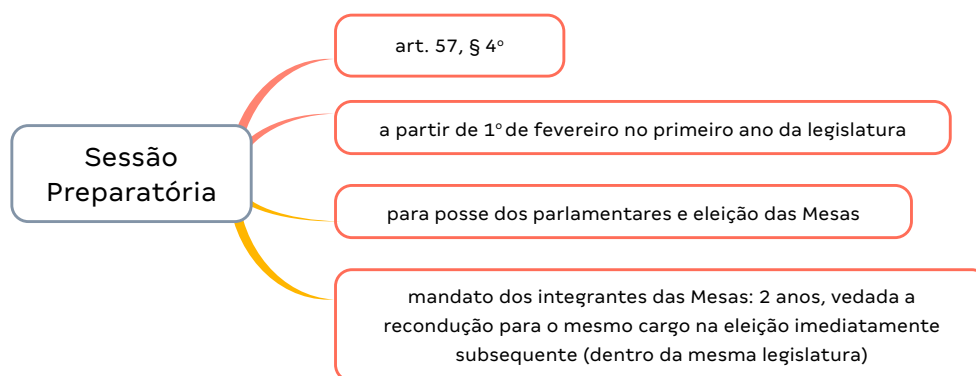
DE OLHO NA JURISPRUDÊNCIA

- 1) Em votação apertada (6 x 5), o STF, no julgamento da ADI 6.524, reafirmou sua jurisprudência para admitir a recondução para o mesmo cargo em legislaturas diferentes. Vedou, outrossim, a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente dentro da mesma legislatura.
- 2) O STF concluiu, recentemente, o julgamento de nove ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam da reeleição nas mesas diretoras de assembleias legislativas estaduais. Por maioria, ficou decidido que só **cabe uma reeleição ou recondução dos membros das mesas, independentemente de os mandatos consecutivos se referirem à mesma legislatura**. Ficou assentado, ainda, que a vedação se aplica apenas ao mesmo cargo e não há impedimento para que integrante da mesa anterior se mantenha no órgão de direção, desde que em cargo distinto.

DE OLHO NOS DETALHES

- 1) Dentro da mesma legislatura, não pode haver recondução para o mesmo cargo na formação das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- 2) Em legislaturas diferentes, pode haver a recondução para o mesmo cargo na formação das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- 3) Essa vedação para recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente não é cláusula pétrea, podendo ser objeto de emenda à Constituição.

- 4) Essa vedação para recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente não é norma de reprodução obrigatória, podendo ser prevista de forma diferente nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios.
- 5) No caso das Assembleias Legislativas, não havendo proibição nas respectivas Constituições Estaduais, pode haver recondução para o mesmo cargo na formação das Mesas Diretoras dentro da mesma legislatura ou em legislaturas diferentes.
- 6) Essa possibilidade de recondução para o mesmo cargo nas Mesas Diretoras das Assembleias Legislativas **fica limitada a apenas uma vez**.



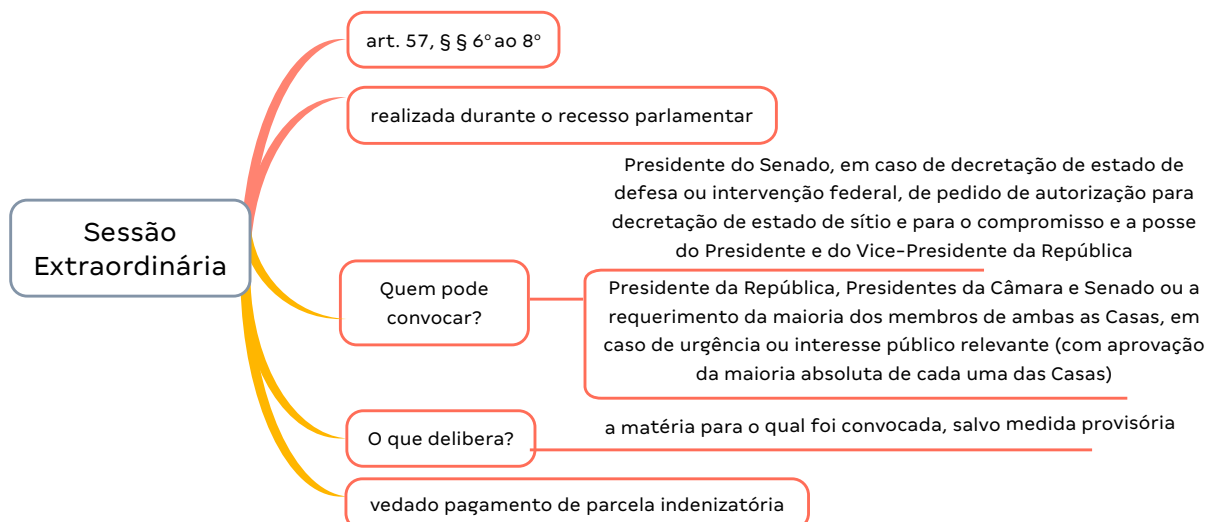
As **sessões legislativas extraordinárias** são aquelas que ocorrem durante o recesso parlamentar, ou seja, fora dos períodos que formam a sessão legislativa ordinária. A **convocação** para sessão extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

I – **pelo Presidente do Senado Federal**, em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio e para o compromisso e a posse do Presidente e do Vice-Presidente da República;

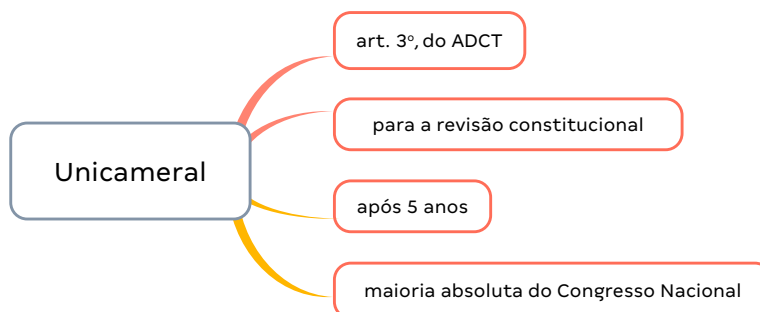
II – **pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas**, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

Nesta **sessão legislativa extraordinária**, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, salvo medidas provisórias em vigor, **vedado o pagamento de parcela indenizatória**, em razão da convocação.

Reitera-se que **havendo medidas provisórias em vigor** na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação.



Por fim, o art. 3º do ADCT prevê a sessão legislativa unicameral ao estabelecer que “a revisão constitucional será realizada após cinco anos, contados da promulgação da Constituição, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, em **sessão unicameral**”.



9. COMISSÕES E MESAS

As **Mesas** são órgãos de direção superior da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional. Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a **representação proporcional** dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa (art. 58, § 1º).

Segundo o art. 57, § 5º, a **Mesa do Congresso Nacional** será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O Congresso Nacional e suas Casas terão **Comissões** permanentes e temporárias. Às Comissões permanentes, em razão da matéria de sua competência, cabe:

- I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;
- II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

Ademais, durante o recesso, haverá uma **Comissão representativa do Congresso Nacional**, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária (art. 58, § 4º).

Dito isso, vamos avançar sobre outro ponto muito importante para concursos públicos que são as comissões parlamentares de inquérito. Venha comigo!!!

10. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

As **comissões parlamentares de inquérito** (CPI) são comissões **temporárias** criadas **pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente**, a partir do **requerimento de 1/3** dos seus membros, para apurar **fato certo por prazo determinado**. Sua previsão está no art. 58, § 3º:

Art. 58, § 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

DIRETO DO CONCURSO

016. As comissões parlamentares de inquérito, que são comissões temporárias destinadas a investigar fato certo e determinado, possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.



É a expressão do art. 58, § 3º, da CF/1988.

Certo.

São, portanto, **3 requisitos** para a criação de uma CPI:

- a) requerimento de 1/3 dos membros;
- b) fato determinado (impede apurações genéricas); e
- c) prazo certo.

Muito embora deva ser criada para apurar um fato determinado, entende o STF que a CPI **pode investigar fato novo, desde que ligado ao fato originário**.

Outro ponto interessante é que, apesar de possuir prazo certo, são possíveis **sucessivas prorrogações, desde que dentro da mesma legislatura**.

DIREITO DO CONCURSO

017. Embora a comissão parlamentar de inquérito seja instituída por prazo certo, a prorrogação é admitida, se não se ultrapassar a legislatura em que foi instalada.



Exatamente o que dissemos.

Certo.

018. O fato objeto de apuração poderá ser determinado ao longo do período de funcionamento da CPI.



O prazo é determinado no momento da criação da CPI.

Errado.

019. Uma CPI poderá ser instalada mediante requerimento de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, não se exigindo que o requerimento seja submetido a deliberação plenária da Casa.



Exatamente isso!!!

Certo.

Agora, muita atenção com os poderes da CPI, uma vez que a literalidade da Constituição Federal conduz a erros fatais. Vamos lá!!!

11. PODERES DA CPI

Como disse, é importantíssimo saber os limites dos poderes das CPIs. A Constituição Federal fala em “poderes de investigação **próprios das autoridades judiciais**” (art. 58, § 3º, parte inicial). Em um primeiro momento, poderíamos pensar que as CPIs possuem os mesmos poderes dos juízes, mas não é bem assim.

As CPIs possuem os poderes das autoridades judiciais, desde que a matéria não esteja resguardada pela cláusula da **reserva de jurisdição**. Em outras palavras, que a matéria não seja própria de um juiz. Vejamos, pois, os limites dos poderes investigatórios das CPIs.

Começemos por aqueles poderes das CPIs que **independem de mandado judicial**:

- a) notificar testemunhas e determinar a sua condução coercitiva;
- b) prender pessoas em flagrante delito;
- c) afastar o sigilo bancário, fiscal e de dados do investigado;
- d) requisitar documentos, perícias e exames.

DICA DO LD

Recentemente, o STF decidiu pela impossibilidade da condução coercitiva para interrogatório de investigados ou réus, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de ilicitude das provas obtidas, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado. Tal decisão impacta os trabalhos das CPIs, uma vez que ficam impedidas de determinar a condução coercitiva de investigados para os seus interrogatórios.

DIRETO DO CONCURSO



020. A CPI instaurada no Poder Legislativo estadual não pode promover a quebra de sigilo bancário de pessoa submetida a investigação.



Tal qual a CPI federal, a CPI estadual também pode, independentemente de ordem judicial, quebrar o sigilo bancário do investigado.

Errado.

021. As CPI podem ser criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, e detêm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.



É o que estabelece o art. 58, § 3º, da CF/1988.

Certo.

Muito cuidado agora. As competências a seguir são próprias dos **juízes**, ou seja, caso as CPIs precisem exercer as atribuições abaixo, tal ato **dependerá de mandado judicial**:

a) expedir mandado de prisão para outros casos que não sejam flagrante delito;

DIRETO DO CONCURSO 

022. As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais para decretar buscas e apreensões, conduzir coercitivamente testemunhas e decretar prisões preventivas e temporárias.



As comissões parlamentares de inquérito (CPI) possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais para conduzir coercitivamente testemunhas, porém **não pode** ela própria decretar prisões preventivas e temporárias, tampouco decretar buscas e apreensões.

Errado.

b) expedir mandado de interceptação das comunicações telefônicas;

Muita atenção ao que eu vou dizer: a CPI pode requisitar os extratos de dados junto às empresas de telefonia, **independentemente de autorização judicial**, uma vez que se trata, nesse caso, de afastamento do sigilo de dados.

DIRETO DO CONCURSO 

023. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pode determinar a interceptação telefônica de uma pessoa, desde que esta esteja sendo investigada pela Comissão.



Só o juiz pode determinar a interceptação telefônica de uma pessoa.

Errado.

c) expedir mandado de busca e apreensão;

DIRETO DO CONCURSO 

024. As comissões parlamentares de inquérito constituídas por qualquer uma das casas do Congresso Nacional têm poderes próprios das autoridades judiciais, podendo ordenar, entre outros procedimentos, busca domiciliar e interceptação telefônica.



Não pode.

Errado.

025. As comissões parlamentares de inquérito podem pedir a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico e determinar a busca e apreensão domiciliar com base nos poderes de investigação que lhes foram conferidos pela CF.



As comissões parlamentares de inquérito podem pedir a quebra de sigilos bancário e fiscal com base nos poderes de investigação que lhes foram conferidos pela CF. Porém, as CPIs **não podem** determinar a busca e apreensão domiciliar.

Errado.

d) promover a responsabilidade civil e criminal dos infratores: segundo o art. 58, § 3º, parte final, as conclusões da CPI, se for o caso, **serão encaminhadas ao Ministério Público**, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

DIRETO DO CONCURSO

026. Como instrumentos de fiscalização do Poder Legislativo, as comissões parlamentares de inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podendo determinar as diligências que julgar necessárias, tomar depoimentos, ouvir indiciados e testemunhas, requisitar documentos de órgãos públicos e promover a responsabilidade civil e criminal dos infratores.



As CPIs não podem promover a responsabilidade civil e criminal dos infratores.

Errado.

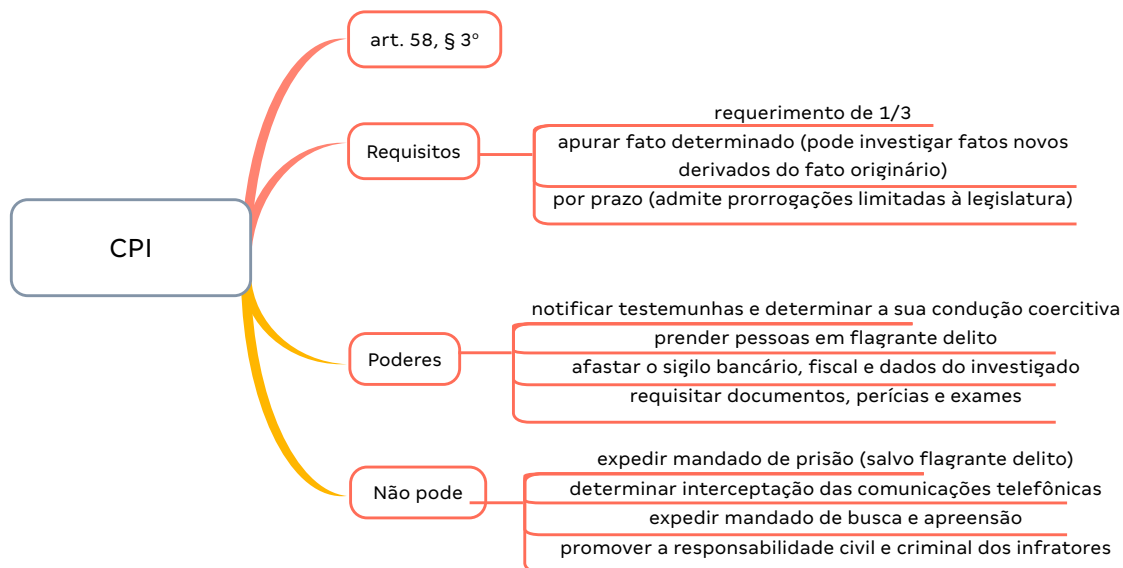
027. Toda CPI tem autonomia para, após a apuração do fato que determinou a sua criação, promover a responsabilização civil ou criminal de infrator.



Mais uma vez: as CPIs não podem promover a responsabilidade civil e criminal dos infratores. Ao contrário, devem suas conclusões, se for o caso, ser encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Errado.

Para facilitar a nossa vida, vamos a um mapa mental sobre a CPI.



12. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA APLICADAS

1) ADI 5.540 (ação penal contra Governador – autorização legislativa e afastamento):

diversas Constituições estaduais previam que o Governador só poderia ser processado criminalmente pelo STJ se houvesse prévia autorização da Assembleia Legislativa. Isso replicava, em âmbito estadual, a regra do art. 51, I, da CF/88 (autorização da Câmara para processar o Presidente). A ADI questionou essas normas estaduais por violarem a separação de poderes e criarem condicionamento não previsto na Constituição Federal. Questão jurídica: as Constituições estaduais podem exigir autorização prévia da Assembleia Legislativa para que o STJ receba denúncia ou queixa-crime contra o Governador por crime comum? Por unanimidade, o STF declarou inconstitucional exigir prévia autorização da Assembleia Legislativa para o recebimento da denúncia/queixa e para a instauração da ação penal contra Governador por crime comum. Segundo o STF, não há necessidade de autorização da Assembleia Legislativa para o recebimento de denúncia ou queixa-crime contra Governador, competindo ao STJ decidir, fundamentadamente, sobre eventual imposição de medidas cautelares penais, inclusive o afastamento do cargo.

[ADI 5.540, rel. min. Edson Fachin, j. 3-5-2017, P, DJE de 28-3-2019.] = ADI 4.362, rel. p/ o ac. min. Roberto Barroso, j. 9-8-2017, P, DJE de 6-2-2018

2) ADPF 378 (rito do impeachment presidencial – papel do Senado): discutiu-se qual seria o rito aplicável no Senado Federal após a autorização da Câmara dos Deputados. Havia controvérsia sobre:

- se o Senado teria poder de rejeitar a denúncia já autorizada pela Câmara;
- qual quórum seria exigido para essa etapa;

Questão jurídica: o Senado é obrigado a instaurar o processo de impeachment após a autorização da Câmara? Qual é o rito e o quórum adequado no Senado para receber ou rejeitar a denúncia? o STF estabeleceu que o Senado NÃO é mero órgão homologatório da decisão da Câmara. Cabe ao Senado realizar um juízo político prévio, deliberando sobre instaurar ou não o processo. Esse juízo é tomado por maioria simples, e não por 2/3. Segundo o STF, compete ao Senado Federal, privativamente, processar e julgar o Presidente da República (art. 52, I, CF), o que inclui a realização de um juízo inicial de instauração ou não do processo, mediante deliberação por maioria simples. Após a autorização da Câmara (controle político prévio), inicia-se nova etapa no Senado, que deve fazer juízo de recebimento baseado em parecer de comissão especial. O quórum de 2/3 só se aplica ao julgamento final, não à instauração do processo.

[ADPF 378 MC, rel. p/ o ac. min. Roberto Barroso, j. 16-12-2015, P, DJE de 8-3-2016.]

3) Pet 3.240 (agentes políticos x improbidade administrativa): discutiu-se se agentes políticos (ministros, governadores, prefeitos, parlamentares etc.) estariam sujeitos apenas ao regime de crimes de responsabilidade ou também à Lei de Improbidade Administrativa (LIA). Pretendia-se afastar a incidência da LIA sob o argumento de que haveria “absorção” das sanções pela responsabilidade político-administrativa. Também se discutiu se haveria foro especial para ações de improbidade. Por maioria, o STF afirmou que:

- Agentes políticos estão sujeitos ao duplo regime sancionatório: crime de responsabilidade + improbidade administrativa.
- Apenas o Presidente da República é excluído do regime da LIA (art. 85, V, CF).
- Ação de improbidade administrativa NÃO tem foro privilegiado → deve tramitar no 1º grau.

Segundo o STF, agentes políticos, excetuado o Presidente da República, sujeitam-se simultaneamente à responsabilização por crimes de responsabilidade e às sanções da Lei de Improbidade Administrativa. Não há foro por prerrogativa de função em ações de improbidade.”

[Pet 3.240 AgR, rel. p/ o ac. min. Roberto Barroso, j. 10-5-2018, P, DJE de 22-8-2018.]

4) Súmula 245, do STF: A imunidade parlamentar não se estende ao corrêu sem essa prerrogativa.

5) Pet 7.174 (limites da imunidade parlamentar nas redes sociais): parlamentar proferiu declarações ofensivas, potencialmente configurando crimes contra a honra. Embora estivesse fisicamente dentro da Casa Legislativa, ele próprio divulgou as declarações pela Internet, ampliando o alcance das ofensas. A defesa alegou inviolabilidade parlamentar material (art. 53, caput, CF). Questão jurídica: a inviolabilidade material do parlamentar abrange ofensas pessoais divulgadas nas redes sociais? Basta estar dentro do Parlamento para estar protegido pela imunidade? O STF decidiu que não há imunidade parlamentar quando as ofensas não guardam nexos diretos com o exercício do mandato, mesmo que proferidas dentro da Casa Legislativa e divulgadas pelo próprio parlamentar na Internet. Segundo o STF, a inviolabilidade parlamentar material exige nexos diretos e evidentes com o desempenho da função legislativa. Declarações meramente ofensivas, sobretudo quando divulgadas em redes sociais, não estão protegidas pela imunidade. A imunidade não é absoluta e deve ter correlação funcional com o mandato. O Parlamento é o espaço do livre mercado de ideias, não de ofensas. Discursos de ódio, violência, discriminação e agressões pessoais não se enquadram na função parlamentar. Não se admite que o parlamentar se esconda atrás do mandato para cometer ilícitos.

[PET 7.174, rel. p/ o ac. min. Marco Aurélio, j. 10-3-2020, 1ª T, Informativo 969.]

6) MS 35.216 (poder das CPIs de remeter documentos a outros órgãos): a controvérsia surgiu porque CPI enviou relatório e documentos não apenas ao Ministério Público e à AGU, mas também a outros órgãos públicos, inclusive viabilizando a abertura de inquérito policial contra pessoas investigadas. Houve questionamento sobre eventual extrapolação das competências da CPI. Questão jurídica: a CPI pode encaminhar relatório e documentos para outros órgãos públicos, além do MP e da AGU, possibilitando inclusive instauração de inquérito policial? Ou isso excederia sua competência constitucional? O STF afirmou que sim, as CPIs podem enviar relatório circunstanciado a quaisquer órgãos públicos, e não apenas ao Ministério Público e à AGU. Isso inclui o envio de documentação que permita a abertura de inquérito policial. O envio a outros órgãos reforça o combate à corrupção e a efetividade das investigações parlamentares.

[MS 35.216 AgR, rel. min. Luiz Fux, j. 17-11-2017, P, DJE de 27-11-2017.]

7) MS 33.663 (limites das CPIs para realizar busca e apreensão): CPI da Petrobras determinou busca e apreensão de bens, documentos e computadores em locais

relacionados aos investigados. Os atingidos alegaram violação à reserva de jurisdição, especialmente quanto à inviolabilidade de domicílio (art. 5º, XI). Questão jurídica: a CPI pode ordenar busca e apreensão? A medida viola a cláusula da reserva de jurisdição? A diligência é válida quando não envolve espaço domiciliar? O STF reafirmou que CPIs não podem praticar atos sujeitos à reserva de jurisdição, como busca e apreensão domiciliar. Entretanto, pode ordenar busca e apreensão não domiciliar, desde que devidamente fundamentada. Segundo o STF, as CPIs não podem autorizar busca e apreensão em domicílio. São admissíveis buscas e apreensões não domiciliares, desde que fundamentadas e lastreadas em causa provável. CPIs têm poderes de investigação próximos aos judiciais, mas não possuem poder jurisdicional. Não podem violar garantias reservadas ao Judiciário, como busca domiciliar, interceptação telefônica, prisão (salvo flagrante), decretação de indisponibilidade de bens. Buscas não domiciliares são constitucionais, desde que: (i) haja causa provável; (ii) justificativa clara e concreta; (iii) indispensabilidade da medida.

[MS 33.663 MC, rel. min. Celso de Mello, j. 19-6-2015, dec. monocrática, DJE de 18-8-2015.]

É isso!!! Terminamos a parte sobre o Poder Legislativo propriamente dito.

Espero que tenha compreendido nossa aula. De toda sorte, **estou disponível no nosso fórum de dúvidas**. Gostaria de **receber sua avaliação** acerca da nossa aula. Isso é muito importante para nós.

Fique com Deus, fortíssimo abraço e bons estudos.

RESUMO

1. Funções do Poder Legislativo

Funções	Descrição
Típicas	Legislar e Fiscalizar
Atípicas	Administrar servidores e bens; Julgar autoridades por crime de responsabilidade (Senado Federal, art. 52, incisos I e II, CF/88)

2. Estrutura do Poder Legislativo

Esfera	Órgão Competente
União	Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal – bicameral)
Estados	Assembleias Legislativas
DF	Câmara Legislativa
Municípios	Câmaras Municipais

3. Diferenças entre Câmara dos Deputados e Senado Federal

Característica	Câmara dos Deputados (Art. 45)	Senado Federal (Art. 46)
Representantes	Do povo	Dos Estados e DF (3 por UF)
Sistema Eleitoral	Proporcional	Majoritário
Mandato	4 anos	8 anos (renovação alternada de 1/3 e 2/3)
Idade Mínima	21 anos	35 anos
Territórios	Elegem 4 Deputados	Não elegem Senadores

4. Atribuições do Congresso Nacional e de suas Casas

Órgão	Ato Normativo	Competência
Congresso Nacional (art. 48)	Lei (sanção do PR)	Competência Legislativa Geral
Congresso Nacional (art. 49)	Decreto Legislativo	Competência Exclusiva
Câmara dos Deputados (art. 51)	Resolução	Competência Privativa
Senado Federal (art. 52)	Resolução	Competência Privativa

5. Imunidades Parlamentares

Tipo de Imunidade	Abrangência	Detalhes
Material (Art. 53, caput)	Civil e Penal	Por opiniões, palavras e votos, desde que relacionadas à atividade parlamentar
Formal (Art. 53, §§ 1º e 2º)	Prisão e Processo	Só pode ser preso em flagrante por crime inafiançável; Foro por prerrogativa de função no STF
Outras (Art. 53, §§ 6º, 7º e 8º)	Testemunho, Forças Armadas, Estado de Sítio	Isenção do dever de testemunhar, incorporação às Forças Armadas só com licença da Casa, imunidade mantida no Estado de Sítio salvo votação de 2/3

CUIDADO: segundo o STF, o foro por prerrogativa de função **se mantém mesmo após o agente deixar o cargo**, se o crime tiver sido cometido no cargo e em razão das funções.

6. Proibições aos Parlamentares (Art. 54)

Desde a Diplomação	Desde a Posse
Firmar ou manter contrato com PJ de direito público (salvo contrato com cláusulas uniformes)	Ser diretor/proprietário de empresa que receba benefícios do Estado
Exercer cargo/função/emprego remunerado em entidade estatal	Patrocinar causa contra o Estado
	Ser titular de mais de um cargo eletivo

7. Perda do Mandato (Art. 55)

Motivo	Tipo	Decisão
Infringência do art. 54	Cassação	Decisão da Casa por maioria absoluta
Quebra de Decoro	Cassação	Decisão da Casa por maioria absoluta
Condenação Penal Transitada	Cassação	Decisão da Casa por maioria absoluta
Falta a 1/3 das sessões	Extinção	Declaração da Mesa
Perda dos Direitos Políticos	Extinção	Declaração da Mesa
Decisão da Justiça Eleitoral	Extinção	Declaração da Mesa

NÃO HAVERÁ PERDA DO MANDATO: o Deputado ou Senador não perde o mandato se assumir certos cargos públicos (Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária) ou se estiver licenciado por motivo de saúde ou interesse particular (por até 120 dias por sessão legislativa).

8. Sessões do Congresso Nacional (Art. 57)

Sessão	Objetivo
Ordinária	Realizada de 02/02 a 17/07 e de 01/08 a 22/12
Extraordinária	Convocada em casos específicos (ex.: estado de defesa)
Preparatória	Posse e eleição da Mesa no primeiro ano da legislatura
Conjunta	Abertura do ano legislativo, elaboração do regimento comum e criação de serviços comuns às duas Casas, recebimento de compromisso do PR, deliberação sobre vetos
Unicameral	Prevista no ADCT (art. 3º)

9. CPI

CPIs são comissões criadas pela Câmara dos Deputados e/ou pelo Senado Federal, com poderes de investigação equivalentes aos de autoridades judiciais, para apurar fato determinado e por prazo certo.

Aspecto	Resumo
Quem pode criar	Câmara dos Deputados e/ou Senado Federal (juntas ou separadamente)
Requisito para criação	Requerimento de 1/3 dos membros da Casa respectiva
Objeto	Deve apurar fato determinado (impede apurações genéricas)
Duração	Deve ter prazo certo (prazo definido)
Poderes	Possuem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais (salvo matérias reservadas à jurisdição)
Finalidade	Apuração de fatos com encaminhamento das conclusões ao Ministério Público , se houver indícios de responsabilidade civil ou criminal

QUESTÕES DE CONCURSO

001. (2024/COMPANHIA PETROPOLITANA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – RJ/ADVOGADO) Tiberius Spuris é Deputado Federal sendo contatado pelo Executivo Federal para liderar movimento de autorização de trânsito para Forças Armadas de país amigo pelo território nacional para participar de Força conjunta administrada pela Organização das Nações Unidas. Nos termos da Constituição Federal essa autorização de trânsito é da competência:

- a) exclusiva do Congresso Nacional
- b) excepcional do Conselho de Governadores
- c) concorrente entre Câmara dos Deputados e Senado
- d) concomitante do Senado e do Presidente da República

002. (2024/CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL/ADVOGADO) A criação, a transformação e a extinção de cargos, empregos e funções dos serviços da Câmara dos Deputados e do Senado Federal constituem competência privativa da respectiva Casa Legislativa do Congresso Nacional, contudo a fixação dos vencimentos de seus servidores dependerá de lei, observada sua iniciativa.

003. (2023/EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSEH/ADVOGADO) De acordo com a Constituição Federal de 1988, analise o trecho abaixo. “O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por _____, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de _____ ou mais de _____ Deputados”. Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- a) lei ordinária / dez / oitenta
- b) lei complementar / oito / setenta
- c) lei delegada / doze / noventa
- d) medida provisória / dez / setenta
- e) decreto / oito / oitenta

004. (2023/CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO/ADVOGADO) É competência privativa do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

005. (2023/PREFEITURA DE GUARARAPES – SP/PROCURADOR JURÍDICO) Sobre imunidade e inviolabilidade dos membros do poder legislativo, assinale a alternativa correta.

- a) Aplicam-se aos Deputados Estaduais as regras sobre imunidade previstas na Constituição de 1988 aplicáveis aos Deputados Federais.
- b) Aplicam-se aos Vereadores as mesmas regras acerca de inviolabilidade previstas na Constituição de 1988 aplicáveis aos Deputados Estaduais.
- c) Há identidade entre as regras de inviolabilidade previstas para os Vereadores e para os Deputados Federais.
- d) Há inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato em todo o território Nacional.
- e) Os Deputados e Senadores são invioláveis penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, mas não possuem inviolabilidade civil.

006. (2023/POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO/DELEGADO DE POLÍCIA) Nos termos da Constituição Federal, aprovar o estado de defesa e a intervenção federal é da competência

- a) privativa do Senado Federal, para ambas.
- b) do Senado Federal e do Congresso Nacional, respectivamente.
- c) exclusiva do Congresso Nacional, para ambas.
- d) exclusiva da Câmara dos Deputados, por 3/5 dos seus membros, e do Conselho da República, respectivamente.
- e) privativa do Congresso Nacional e do Presidente da República, respectivamente.

007. (2023/CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO/PROCURADOR JURÍDICO) Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta, em relação à organização dos poderes no Estado.

- a) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e das assembleias legislativas.
- b) O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada estado, em cada território e no Distrito Federal.
- c) Cada estado e o Distrito Federal elegerão três senadores, com mandato de quatro anos.
- d) Cada senador será eleito com dois suplentes.
- e) Somente a Câmara dos Deputados poderá convocar ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade à ausência sem justificitação adequada.

008. (2023/CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE TOCANTINS/ADVOGADO) No que se refere às competências dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, previstas no texto constitucional de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Compete privativamente ao Poder Judiciário apreciar os atos de concessão e de renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- b) É competência exclusiva do Congresso Nacional zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes.
- c) Cabe ao Poder Executivo resolver definitivamente acerca de tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- d) Cabe ao Poder Judiciário julgar anualmente as contas prestadas pelo presidente da República e apreciar os relatórios relativos à execução dos planos de governo.
- e) É competência exclusiva do Poder Executivo aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.

009. (2023/PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NATAL/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) A respeito do Poder Legislativo, assinale a opção correta.

- a) Matéria constante de projeto de lei rejeitado não poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa.
- b) Os vereadores, assim como os deputados estaduais, possuem foro especial por prerrogativa de função.
- c) A partir da data de sua posse, os deputados federais e os senadores serão submetidos a julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- d) Deputado federal que for nomeado como secretário de prefeitura municipal perderá automaticamente o mandato legislativo.
- e) O vereador possui imunidade material por suas opiniões, palavras e votos, desde que no exercício do mandato e na circunscrição de seu município

010. (2023/PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NATAL/PROCURADOR DO MUNICÍPIO) A respeito das comissões parlamentares de inquérito (CPI), assinale a opção correta.

- a) O investigado que não compareça a uma audiência designada por uma CPI poderá responder por crime de desobediência.
- b) CPI pode determinar a indisponibilidade de bens do investigado para assegurar o ressarcimento de eventual prejuízo causado ao erário.
- c) CPI não possui competência para ter acesso a dados sigilosos do investigado, sendo necessária decisão judicial para tal providência.
- d) As CPI não são dotadas de quaisquer competências sancionatórias.

e) É atribuição do primeiro-secretário da Câmara dos Deputados aferir o preenchimento dos requisitos necessários à instauração de uma CPI.

011. (2024/SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTO DE COQUEIRAL (SAAE COQUEIRAL) – MG/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS) A estrutura dos poderes no Brasil está dividida em Executivo, Legislativo e Judiciário. Qual dos cargos a seguir faz parte do poder Legislativo?

- a) Prefeito.
- b) Governador.
- c) Ministro.
- d) Presidente.
- e) Senador.

012. (2024/SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA DO PIAUÍ/POLICIAL PENAL) “A TRIPARTIÇÃO DOS PODERES NO SISTEMA JURÍDICO PÁTRIO É, HODIERNAMENTE, CONSAGRADA POR NORMATIVIDADE CONSTITUCIONAL.” (MASSON, NATHALIA. MANUAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL. BAHIA: JUSPODIVM, 2021.) No quadro de divisão de funções entre os Poderes da República, tocam ao Legislativo as tarefas precípua de legislar e de fiscalizar. Sobre o funcionamento do poder legislativo, segundo o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA)

- a) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e cada legislatura terá a duração de oito anos.
- b) Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário, e cada Estado e o Distrito Federal elegerão 2 Senadores, com mandato de oito anos.
- c) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- d) Compete privativamente à Câmara dos Deputados, autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- e) Compete ao Senado Federal eleger os membros do Conselho da República.

013. (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL/PROCURADOR) O controle legislativo ou parlamentar é aquele exercido pelo Poder Legislativo sobre os atos do Poder Executivo, a partir de critérios políticos ou financeiros e nos limites fixados pelo texto constitucional. Os casos de controle parlamentar sobre o Poder Executivo devem constar expressamente da Constituição Federal, pois consagram verdadeiras exceções ao princípio constitucional da separação de poderes, não se admitindo, destarte, a sua ampliação por

meio da legislação infraconstitucional. Nesse sentido, acerca do controle legislativo, assinale a alternativa INCORRETA)

- a) As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) são instituídas nas Casas Legislativas para apuração de fatos determinados e por prazo certo, com poderes de julgar e punir os investigados.
- b) O Senado Federal possui a prerrogativa de processar e julgar os crimes de responsabilidade cometidos pelo Presidente da República, Vice-Presidente e outras autoridades.
- c) O Congresso Nacional tem competência exclusiva para julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- d) As Casas Legislativas e suas comissões podem convocar Ministros de Estado e outras autoridades administrativas para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de crime de responsabilidade.
- e) É da competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.

014. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO)
A respeito do Poder Legislativo, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

- a) Durante o recesso, haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita pela Mesa do Congresso Nacional na última sessão ordinária do período legislativo.
- b) É da competência exclusiva do Congresso Nacional mudar temporariamente sua sede, desde que com a sanção do Presidente da República.
- c) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Governador de Território.
- d) Compete privativamente ao Congresso Nacional avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.
- e) A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, militares e em tempo de guerra, independerá de prévia licença da Casa respectiva.

015. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO)
Considere que Gustavo é deputado federal e está passando por problemas familiares, o que fez com que ele perdesse, na última sessão legislativa, metade das sessões ordinárias da Câmara dos Deputados. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) atualmente se prevê que a perda do mandato parlamentar depende da votação da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.

- b) como há justificativa para a perda das sessões ordinárias, ainda que não haja licença ou afastamento para tratar de interesse particular, Gustavo não perderá o cargo.
- c) não há qualquer problema na conduta de Gustavo, pois a Constituição prevê a perda do cargo exclusivamente nas faltas às sessões extraordinárias.
- d) Gustavo perderá o mandato de deputado.
- e) para que Gustavo perdesse o cargo, ele precisaria perder dois terços das sessões ordinárias da Câmara dos Deputados.

016. (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE TOCANTINS/ANALISTA LEGISLATIVO - ÁREA: TÉCNICO JURÍDICO - ADAPTADO) As comissões parlamentares de inquérito são exemplos do exercício do controle externo, controle este de titularidade do parlamento.

017. (2024/CÂMARA DOS DEPUTADOS/ANALISTA LEGISLATIVO - CONSULTOR LEGISLATIVO - ÁREA: XXII) Maria, Deputada Federal, com participação ativa na política estadual, divulgou, em seu informativo eletrônico mensal, notícia da prática de crime contra a Administração Pública em seu Estado de origem. Por se sentirem atingidos em sua honra, os gestores, cuja identidade seria facilmente conhecida a partir da narrativa de Maria, consultaram um advogado em relação à possibilidade de responsabilizá-la pelo ilícito praticado em detrimento de sua honra, sendo-lhes corretamente esclarecido que

- a) Maria não pode ser responsabilizada na situação descrita na narrativa, em razão da incidência da cláusula de imunidade material.
- b) Maria somente poderia ser responsabilizada caso fosse demonstrado que o crime atingiu bens ou interesses da União, o que não consta da narrativa.
- c) a responsabilização de Maria é possível, considerando o seu envolvimento na política estadual e os evidentes benefícios que obteria com a notícia que veiculou.
- d) Maria não pode ser responsabilizada por palavras, opiniões e críticas exaradas no curso do mandato, com abstração de sua essência e dos respectivos destinatários.
- e) a não responsabilização de Maria, com base na sua imunidade material, está associada ao caráter oficial do informativo, tornando-se possível caso seja particular.

018. (2024/CÂMARA DOS DEPUTADOS/ANALISTA LEGISLATIVO - CONSULTOR LEGISLATIVO - ÁREA: XXII) Em razão de uma série de circunstancialismos que se apresentaram no território brasileiro, envolvendo tensão com alguns países fronteiriços, começou a se disseminar a informação de que Deputados Federais poderiam vir a ser incorporados às Forças Armadas. Considerando os balizamentos estabelecidos pelas normas afetas à temática, é possível concluir que

- a) apenas os Deputados Federais que sejam militares podem ser incorporados, o que pode ocorrer em tempo de paz ou em tempo de guerra, sendo necessária licença da Câmara dos Deputados.
- b) os Deputados Federais, militares ou não, podem vir a ser incorporados, o que pressupõe a existência de declaração de guerra e licença da Câmara dos Deputados.
- c) somente os Deputados Federais que sejam militares podem ser incorporados, o que ocorrerá independentemente de licença da Câmara dos Deputados.
- d) os Deputados Federais podem ser incorporados à Forças Armadas, o que sempre depende de prévia licença da Câmara dos Deputados.
- e) os Deputados Federais, a exemplo dos Senadores, não podem ser incorporados enquanto permanecerem no exercício do mandato.

019. (2024/CÂMARA DOS DEPUTADOS/ANALISTA LEGISLATIVO - CONSULTOR LEGISLATIVO - ÁREA: XXII) Em determinado contexto histórico, foi identificado o risco de grupos armados estrangeiros, classificados como terroristas, virem a invadir o território nacional, o que ensejaria a decretação do estado de sítio. Temerosos de sofrer restrições em suas imunidades caso esta medida extrema fosse decretada, alguns Deputados Federais se reuniram para discutir se o risco poderia vir a se concretizar. Ao fim de suas reflexões, os Deputados Federais concluíram corretamente que, nas circunstâncias indicadas,

- a) as imunidades não podem ser restringidas, já que são atributos do Poder Legislativo.
- b) as imunidades deixam de subsistir caso o estado de sítio perdure por mais de 60 (sessenta) dias.
- c) somente são suspensas as imunidades previstas no decreto do Presidente da República, devidamente aprovado pelo Congresso Nacional.
- d) as imunidades podem ser suspensas, em relação a quaisquer atos praticados pelos Deputados Federais, pelo voto de dois terços dos membros da Casa Legislativa.
- e) a suspensão das imunidades, além do quórum qualificado de decisão, exige que sejam incompatíveis com o estado de sítio, e somente alcança os atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional.

020. (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/TÉCNICO LEGISLATIVO – ÁREA LEGISLATIVA) Pedro, Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado Alfa, em um congresso de parlamentares estaduais realizado em Brasília, fez duras críticas ao Governador do Estado Alfa, o que levou este último agente a consultar sua assessoria em relação à possibilidade de responsabilizar o referido Deputado Estadual. A assessoria respondeu corretamente que

- a) Pedro pode ser responsabilizado, desde que haja autorização prévia do Plenário da Assembleia Legislativa.

- b) os Deputados Estaduais, como qualquer cidadão, devem ser responsabilizados por suas palavras e opiniões.
- c) a responsabilização de Pedro, por suas palavras e opiniões no exercício da função, não é possível na situação descrita.
- d) o Governador do Estado pode responsabilizar Pedro, mas a Assembleia Legislativa pode suspender a tramitação do processo.
- e) apesar de os Deputados Estaduais terem imunidade material, Pedro pode ser responsabilizado, já que suas críticas foram proferidas fora do território do Estado Alfa.

021. (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/ANALISTA LEGISLATIVO – ÁREA: REVISOR – ADAPTADO) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e voto e, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

022. (2024/PREFEITURA SAPEZAL – MT/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) De acordo com a Constituição Federal de 1988, é de competência exclusiva do Congresso Nacional:

- a) nomear Ministros do Tribunal de Contas
- b) autorizar referendo e convocar plebiscito
- c) aprovar a escolha do Procurador-Geral da República
- d) proceder a tomada de contas do Presidente da República

023. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE TOCANTINS/ANALISTA MINISTERIAL – ÁREA PSICOLOGIA) As comissões parlamentares de inquérito, embora tenham poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, não podem determinar, mesmo que fundamentadamente, a quebra do sigilo telefônico do investigado, porque essa medida constitui cláusula de reserva de jurisdição.

024. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE TOCANTINS/TÉCNICO MINISTERIAL – ÁREA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O presidente da República pode ser convocado pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal para, pessoalmente, prestar informações sobre assunto previamente determinado, configurando-se crime de responsabilidade sua ausência sem a adequada justificção.

025. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE TOCANTINS/TÉCNICO MINISTERIAL – ÁREA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) A instauração de comissões parlamentares de inquérito exige a formulação de requerimento por um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, e a deliberação do plenário da respectiva Casa Legislativa.

026. (2024/CÂMARA DE VENÂNCIO AIRES – RS/AUXILIAR LEGISLATIVO) Segundo as disposições do Capítulo I – Do Poder Legislativo, do Título IV – Da Organização dos Poderes, da Constituição Federal vigente, compete privativamente ao Senado Federal, aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, entre outras, a escolha de:

- I. Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.
- II. Presidente e diretores do Banco Central.
- III. Procurador-Geral da República.
- IV. Governador do Distrito Federal.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas III e IV.
- c) Apenas I, II e III.
- d) Apenas II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

027. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO) A respeito das imunidades de Deputados e Senadores, com base na Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) os Deputados e Senadores, a partir da posse, serão submetidos cível e penalmente a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) os Deputados e Senadores militares, em tempo de guerra, serão incorporados às Forças Armadas, independentemente de deliberação da respectiva Casa.
- c) os Deputados e Senadores podem ser obrigados a testemunhar sobre informações recebidas em razão do exercício do Mandato.
- d) as imunidades de Deputados e Senadores não subsistirão durante o estado de sítio.
- e) a sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

028. (2024/INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL/ADVOGADO) No que diz respeito aos “deputados e senadores”, assinale a alternativa incorreta.

- a) Não perderá o mandato o Deputado ou Senador licenciado pela respectiva Casa para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse 90 (noventa) dias por sessão legislativa
- b) Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações
- c) Perderá o mandato o Deputado ou Senador que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado

d) É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas

e) Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal

029. (2024/PREFEITURA DE PATO BRAGADO – PR/MOTORISTA) No Brasil, a Lei Maior é a Constituição Federal, na qual se encontram as normas que orientam os legisladores sobre quais assuntos eles devem ou podem tratar. Entre os listados, assinalar aqueles que, no Brasil, NÃO são enquadrados na categoria de legisladores:

a) Vereadores.

b) Deputados.

c) Senadores.

d) Promotores.

030. (2024/PREFEITURA DE LORENA – SP/ANALISTA – ÁREA: PROCURADORIA) Acerca das imunidades materiais e formais de parlamentares, considere as seguintes assertivas:

“I – inviolabilidade por opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do respectivo ente federado”.

“II – desde a expedição do diploma, são submetidos a julgamento por questões de natureza penal exclusivamente perante Tribunais e respectivos órgãos colegiados, conforme o âmbito da federação em que exerçam mandato, vedada a competência aos juízes de primeira instância”.

“III – desde a expedição do diploma, não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas ao órgão legislativo respectivo, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão”.

Deve-se reconhecer como aplicável aos Vereadores o contido em:

a) I, II e III.

b) I, apenas.

c) II, apenas.

d) I e II, apenas.

e) II e III, apenas.

031. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE PERNAMBUCO/SOLDADO) No que concerne ao Poder Legislativo, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional para mandato de oito anos.

() Na vigência do mandato, os membros do Congresso Nacional não podem ser responsabilizados por atos estranhos ao exercício de suas funções.

() As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.

() A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

a) V – F – V – F.

b) V – V – F – V.

c) F – F – F – V.

d) F – V – F – V.

e) F – F – V – F.

032. (2024/CÂMARA DE BETIM – MG/PROCURADOR LEGISLATIVO) A fixação de limites globais para a dívida consolidada e para a dívida mobiliária dos Municípios é da competência

a) das Assembleias Legislativas.

b) das Câmaras Municipais.

c) do Senado Federal.

d) dos Tribunais de Contas Estaduais.

033. (2024/CÂMARA DE BETIM – MG/PROCURADOR LEGISLATIVO – ADAPTADO) A imunidade material dos vereadores aplica-se apenas na circunscrição do Município.

034. (2024/CÂMARA DE BETIM – MG/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – ÁREA: TÉCNICO DE APOIO) Sobre as comissões parlamentares e as regras previstas na Constituição da República de 1988, assinale com V as afirmativas verdadeiras e com F as falsas.

() Na constituição de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

() Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.

() O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

() As comissões podem convocar Ministros de Estado e o chefe do Poder Executivo para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições.

Assinale a sequência correta.

a) V F F V

b) F V F V

c) V V V F

d) F F V F

035. (2024/PREFEITURA DE ISRAELÂNDIA – GO/AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO) O Poder Legislativo brasileiro exerce uma função crucial na estrutura política do país, sendo uma das três esferas do sistema de tripartição de poderes. Constituído pelo Congresso Nacional, esse poder tem como principal incumbência a formulação, análise e aprovação das leis que regem a nação. Além disso, cabe a ele a supervisão das ações do Executivo e a representação dos interesses da população. Esse poder é composto por cinco cargos distintos, entre os quais se encontram:

a) Os Deputados, Prefeitos e Vereadores.

b) Os Senadores, Deputados e Vereadores.

c) Os Deputados, Governadores e Prefeitos.

d) Os Senadores, Prefeitos e Governadores.

036. (2024/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA: ADMINISTRATIVA) De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente

a) ao Senado Federal aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.

b) ao Congresso Nacional aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

c) ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

d) à Câmara dos Deputados suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

e) à Câmara dos Deputados avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

037. (2024/CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL/ADVOGADO) A criação, a transformação e a extinção de cargos, empregos e funções dos serviços da Câmara dos Deputados e do Senado Federal constituem competência privativa da respectiva Casa Legislativa do Congresso Nacional, contudo a fixação dos vencimentos de seus servidores dependerá de lei, observada sua iniciativa.

038. (2024/CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL/ANALISTA TÉCNICO) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal são dotados de diversos órgãos e comissões essenciais para o adequado funcionamento do processo legislativo. Esse processo envolve

a criação, o exame e a aprovação de uma variedade de propostas legislativas, incluindo leis ordinárias, medidas provisórias, emendas constitucionais, decretos legislativos e resoluções, todas vitais para o relacionamento eficaz da sociedade. Cada categoria de proposição legislativa é submetida a um procedimento específico de tramitação. A respeito dessa temática, julgue o item que se segue. Na constituição da mesa e de cada comissão, os partidos políticos devem ser representados, tanto quanto possível, proporcionalmente ao número de vagas que ocupam no plenário da casa.

039. (2024/CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL/ANALISTA TÉCNICO) O mandato de senadores é composto por duas sessões legislativas e oito legislaturas.

040. (2024/CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL/ANALISTA TÉCNICO) É da competência exclusiva do Congresso Nacional, por meio de resolução, apreciar tratados, atos, acordos e convênios internacionais e demais instrumentos de política externa.

041. (2024/CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL/ANALISTA TÉCNICO) A mesa do Congresso Nacional é presidida pelo presidente do Senado Federal e os demais cargos são exercidos pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados, para manter o equilíbrio de poderes entre as duas casas legislativas.

042. (2024/PREFEITURA DE GUAMARÉ – RN/ASSESSOR JURÍDICO) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a competência para estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, recai privativamente sobre

- a) o Senado Federal.
- b) o Congresso Nacional.
- c) a Câmara dos Deputados.
- d) o Presidente da República.

043. (2024/PREFEITURA DE CAMAÇARI – BA/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional compete

- a) ao Congresso Nacional.
- b) à Câmara dos Deputados.
- c) ao Senado Federal.
- d) ao presidente da República.
- e) ao ministro da Justiça.

044. (2024/PREFEITURA DE VILA RICA – MT/CONTADOR) O artigo 53 da Constituição Federal estabelece que são invioláveis civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Assinale a alternativa correspondente a essa prerrogativa:

- a) Deputados e Senadores.
- b) Governadores de Estado e Distrito federal.
- c) Ministros da Presidência da República.
- d) Vereadores Municipais.

045. (2024/PREFEITURA DE VILA RICA – MT/CONTADOR) A respeito da organização dos Poderes, a Constituição Federal no seu artigo 49 estabelece as competências exclusivas do Congresso Nacional. Analise quais dos itens abaixo correspondem a competências exclusivas do Congresso Nacional e a seguir assinale a alternativa correta.

- I – Poder de aplicar a lei nos casos concretos submetidos à apreciação do Congresso;
 - II – Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;
 - III – Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa
- a) Apenas as alternativas I e III estão corretas;
 - b) Apenas a alternativa I está correta;
 - c) Apenas as alternativas II e III estão corretas;
 - d) Apenas as alternativas I e II estão corretas;

046. (2024/PREFEITURA DE SERRA DA RAIZ-PB/TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL) O abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas, nos termos da Constituição Federal é:

- a) compatível com o decoro parlamentar.
- b) incompatível com o decoro parlamentar.
- c) obrigatório para cumprir o decoro parlamentar.
- d) incentivado para cumprir o decoro parlamentar.
- e) limitado, mas de acordo com o decoro parlamentar.

047. (2024/PREFEITURA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL/ANALISTA DE COMPRAS – ÁREA: CONTRATOS E LICITAÇÕES) Analise as informações a seguir:

- I. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos estados, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- II. A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de oito em oito anos, alternadamente, por um e dois terços.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As duas afirmativas são verdadeiras.
- b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- d) As duas afirmativas são falsas.

048. (2024/PREFEITURA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ – ES/ENFERMEIRO – 20H – ADAPTADO)

A sistemática constitucional de organização dos Poderes, baseada na Teoria da Separação dos Poderes, apresentada por Aristóteles e desenvolvida por Locke e Montesquieu, tem por fundamento o aumento da eficiência do Estado, pela distribuição de suas funções em órgãos especializados. Desse modo, temos na estrutura organizacional do Estado três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário, exercendo suas funções típicas e atípicas. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional e, sobre as suas funções, marque certo ou errado. Compete ao Congresso Nacional dispor, com a sanção do Presidente da República, sobre os limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens de domínio da União.

049. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO PARÁ/PRAÇA) De acordo com a CF, a competência para autorizar o Presidente da República a decretar o estado de sítio, nos casos de declaração de estado de guerra, pertence

- a) ao Conselho de Defesa Nacional.
- b) ao Conselho da República.
- c) ao Senado Federal.
- d) ao Congresso Nacional.
- e) à Câmara dos Deputados.

050. (2024/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP/ANALISTA EM GESTÃO MUNICIPAL –

ÁREA DIREITO) Maria, professora de ciência política, questionou João, seu aluno, a respeito do processo de escolha de Deputados Federais e Senadores, mais especificamente em relação ao sistema de escolha e ao número de legislaturas pelas quais se estendem os mandatos. João respondeu corretamente que

- a) Deputados Federais são escolhidos pelo sistema majoritário, e os Senadores pelo sistema proporcional, sendo que o mandato de ambos se estende por período equivalente a uma legislatura.
- b) Deputados Federais e Senadores são escolhidos pelo sistema majoritário, sendo que o mandato dos primeiros se estende por período equivalente a duas legislaturas e o dos últimos por período equivalente a três legislaturas.

c) Deputados Federais e Senadores são escolhidos pelo sistema proporcional, sendo que o mandato dos primeiros se estende por período equivalente a quatro legislaturas e o dos últimos por período equivalente a oito legislaturas.

d) todos os parlamentares, em qualquer nível federativo, são escolhidos pelo sistema proporcional, sendo que o mandato se estende por uma legislatura, havendo renovações parciais do Senado Federal, a cada eleição, em um terço e em dois terços, alternadamente.

e) Deputados Federais são escolhidos pelo sistema proporcional, e Senadores, pelo sistema majoritário, sendo que o mandato dos primeiros se estende por período equivalente a uma legislatura e o dos últimos, por período equivalente a duas legislaturas.

051. (2022/PREFEITURA DE IBEMA-PR/ASSESSOR JURÍDICO) Temos como atribuições do Congresso Nacional, de acordo com a nossa Carta Magna, em seu artigo 48 dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente, sobre as alternativas abaixo, exceto:

a) Sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

b) Fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

c) Declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneça, temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

d) Incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas;

052. (2022/CRT-03/TÉCNICO ADMINISTRATIVO) O Poder Legislativo poderá desempenhar, atipicamente, a função jurisdicional.

053. (2022/PGM RECIFE-PE/PROCURADOR JUDICIAL MUNICIPAL) A aprovação prévia da escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente compete

a) exclusivamente à Câmara dos Deputados.

b) privativamente ao Senado Federal.

c) privativamente à Câmara dos Deputados.

d) exclusivamente ao Congresso Nacional.

e) exclusivamente ao presidente da República.

054. (2022/PGE-ES/RESIDÊNCIA JURÍDICA) Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa INCORRETA.

a) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão 3 (três) Senadores, com mandato de 8 (oito) anos.

b) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

- c) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário simples, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- d) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de 8 (oito) ou mais de 70 (setenta) Deputados.

055. (2022/PGE-ES/RESIDÊNCIA JURÍDICA) Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para, EXCETO:

- a) Inaugurar a sessão legislativa.
- b) Receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República.
- c) Elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas.
- d) Receber o compromisso do Presidente, do Vice-Presidente da República, do Governador do Distrito Federal e seu respectivo vice.

056. (2022/IPREV/ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO II) Por meio das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), o Poder Legislativo fiscaliza a Administração Pública. Sobre o tema, está correto o que se afirma em :

- a) As comissões parlamentares de inquérito têm caráter permanente, sendo vedadas comissões temporárias.
- b) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, mediante requerimento da maioria absoluta de seus membros.
- c) Às comissões, apesar de em razão da matéria de sua competência, não cabe realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.
- d) Durante o recesso, haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na penúltima sessão ordinária do período legislativo.
- e) Às comissões Parlamentares de Inquérito, em razão da matéria de sua competência, cabe convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.

057. (2022/SAP-SC/ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO II) Sobre a organização do Poder Legislativo na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- b) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.
- c) Cada Território elegerá oito Deputados.

d) Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

e) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

058. (2022/TCE-PB/AUDITOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO) Competem às comissões parlamentares de inquérito a apuração de irregularidades e a aplicação das respectivas sanções, constituindo tais competências hipóteses de controle político.

059. (2022/TJ-PI/OFFICIAL DE JUSTIÇA E AVALIADOR) Dentro do modelo bicameral, o Senado Federal detém a prerrogativa de fazer leis e de fiscalizar os atos do Poder Executivo, assim como a Câmara dos Deputados. Todavia há competências privativas do Senado, entre as quais está

a) dispor sobre a regulamentação das agências executivas e reguladoras.

b) processar e julgar o Presidente da Câmara dos Deputados.

c) aprovar, previamente, a indicação do Presidente da República de presidente da Caixa Econômica Federal.

d) autorizar a abertura de processo contra o presidente e o vice-presidente da República e ministros de Estado.

e) eleger os integrantes do Conselho da República.

060. (2022/MPE-PA/ANALISTA JURÍDICO) Trinta e quatro Senadores da República da oposição pretendem instaurar Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar suposto esquema de superfaturamento na realização de obras públicas em âmbito federal. A respeito do tema, assinale a afirmativa correta.

a) No caso em apreço, o quórum para requerimento de instalação da CPI não foi atingido.

b) A garantia da instalação da CPI depende, além do atingimento do quórum necessário, de deliberação plenária do Senado.

c) Na constituição da CPI, deverá ser assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa.

d) A CPI, uma vez instalada, poderá requerer a convocação do Chefe do Poder Executivo da União para depor, caso existam indícios de seu envolvimento em práticas ilícitas.

061. (2022/DPE-AM/ASSISTENTE TÉCNICO DE DEFENSORIA/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO) Constitui competência exclusiva do Congresso Nacional:

a) Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

- b) Nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- c) Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
- d) Decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- e) Editar medidas provisórias com força de lei.

062. (2022/TRF-4ª REGIÃO/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO) Assinale a alternativa CORRETA. A respeito do regime jurídico-constitucional de deputados e senadores:

- a) a incorporação às forças armadas de deputados e senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de licença do Congresso Nacional.
- b) perderão o mandato quando investidos no cargo de Ministro de Estado.
- c) serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.
- d) não poderão, desde a posse, ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- e) devem ser obrigatoriamente brasileiros natos.

063. (2022/CRT-04/ASSISTENTE JURÍDICO) O Poder Legislativo exerce tipicamente a função legiferante, sendo-lhe vedado, portanto, julgar, ainda que atipicamente.

064. (2022/SEA-SC/ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO) É da Competência exclusiva do Congresso Nacional:

- a) mudar temporariamente sua sede.
- b) escolher um terço dos membros do Tribunal de Contas.
- c) mudar de forma definitiva sua sede.
- d) sustar os atos normativos do Poder Judiciário.
- e) julgar semestralmente as contas prestadas pelo Presidente da República.

065. (2022/CRC-PR/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos estados, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada estado, em cada território e no Distrito Federal.

066. (2022/CÂMARA DE LAGOA DE ITAENGA-PE/TESOUREIRO) A Constituição Federal define a quem cabe dispor sobre todas as matérias de competência da União, aqui exclusivamente falando do plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual. Tendo por referência a regra constitucional, o órgão competente para dispor sobre o tema é:

- a) a Câmara dos Deputados.
- b) o Senado Federal.
- c) o Poder Executivo.

- d) o Congresso Nacional.
- e) o Tribunal de Contas da União.

067. (2022/ PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC/ADVOGADO) De acordo com a Constituição da República de 1988, em relação a Organização dos Poderes – do Congresso Nacional, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- b) Cada Senador será eleito com três suplentes.
- c) A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de dois em dois anos, alternadamente, por um e dois terços.
- d) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de quatro anos.

068. (2022/PGE-RJ/ANALISTA PROCESSUAL) As conclusões das comissões parlamentares de inquérito podem ser encaminhadas ao Ministério Público apenas em relação às questões que envolvam a responsabilidade criminal dos acusados.

069. (2022/PGE-AM/ASSISTENTE PROCURATORIAL) Suponha-se que, observados os requisitos pertinentes, seja admitida a acusação contra o Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, o Presidente da República

- a) será submetido a julgamento perante o Senado Federal.
- b) continuará a exercer suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal até que sobrevenha sentença condenatória.
- c) será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- d) ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) ficará suspenso de suas funções apenas se, após o prazo de 180 dias contados da instauração do processo, o julgamento não for concluído.

070. (2022/MPE-RJ/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO/CONCURSO XXXVI) Nos termos do que permite a Constituição Federal, e considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, as Comissões Parlamentares de Inquérito têm poderes constitucionais para determinar

- a) a interceptação telefônica do acusado.
- b) diligência de busca e apreensão domiciliar.
- c) condução coercitiva do acusado para interrogatório.
- d) a quebra de registros telefônicos pretéritos.
- e) a indisponibilidade de bens do acusado.

071. (2022/DPE-TO/DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO) Consoante as disposições da Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, na hipótese de ser imputada ao presidente da República prática de infração penal comum, o juízo de admissibilidade quanto à instauração do processo caberá

- a) à Comissão de Constituição e Justiça.
- b) ao Senado Federal.
- c) ao Supremo Tribunal Federal.
- d) à Câmara dos Deputados.
- e) ao Congresso Nacional.

072. (2022/TELEBRAS/TÉCNICO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) A Câmara dos Deputados é composta por representantes do povo eleitos pelo sistema proporcional, e o Senado Federal é formado por representantes das unidades da federação e do Distrito Federal, que são eleitos segundo o princípio majoritário.

073. (2022/SES-RS/ODONTÓLOGO/EDITAL Nº 15) Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), nos crimes de responsabilidade, admitida a acusação pela Câmara de Deputados, o Presidente da República será processado e julgado pelo

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Senado Federal.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Conselho Nacional de Justiça.
- e) Conselho da República.

074. (2022/PREFEITURA DE ESTEIO-RS/TÉCNICO EM INFORMÁTICA) O Poder Legislativo da União é exercido pelo Congresso Nacional, o qual é composto:

- a) Pela Câmara dos Deputados, apenas.
- b) Pelo Senado Federal, apenas.
- c) Pelos Ministros de Estado.
- d) Pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.
- e) Pelos integrantes do Conselho da República.

GABARITO

- | | | |
|-------|-------|-------|
| 1. a | 36. a | 71. d |
| 2. C | 37. C | 72. C |
| 3. b | 38. C | 73. b |
| 4. E | 39. E | 74. d |
| 5. a | 40. E | |
| 6. c | 41. E | |
| 7. d | 42. a | |
| 8. b | 43. a | |
| 9. e | 44. a | |
| 10. d | 45. c | |
| 11. e | 46. b | |
| 12. d | 47. d | |
| 13. a | 48. C | |
| 14. c | 49. d | |
| 15. d | 50. e | |
| 16. C | 51. c | |
| 17. a | 52. C | |
| 18. d | 53. b | |
| 19. e | 54. c | |
| 20. c | 55. d | |
| 21. C | 56. e | |
| 22. b | 57. c | |
| 23. E | 58. E | |
| 24. E | 59. e | |
| 25. E | 60. c | |
| 26. c | 61. a | |
| 27. e | 62. d | |
| 28. a | 63. E | |
| 29. d | 64. a | |
| 30. b | 65. E | |
| 31. c | 66. d | |
| 32. c | 67. a | |
| 33. C | 68. E | |
| 34. C | 69. a | |
| 35. b | 70. d | |

GABARITO COMENTADO

- 001.** (2024/COMPANHIA PETROPOLITANA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – RJ/ADVOGADO) Tiberius Spuris é Deputado Federal sendo contatado pelo Executivo Federal para liderar movimento de autorização de trânsito para Forças Armadas de país amigo pelo território nacional para participar de Força conjunta administrada pela Organização das Nações Unidas. Nos termos da Constituição Federal essa autorização de trânsito é da competência:
- a) exclusiva do Congresso Nacional
 - b) excepcional do Conselho de Governadores
 - c) concorrente entre Câmara dos Deputados e Senado
 - d) concomitante do Senado e do Presidente da República



Nos termos da Constituição Federal, a autorização para que forças estrangeiras transitem pelo território nacional, especialmente em contextos que envolvem operações de paz ou outras atividades sob a égide de organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), é uma matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional. Esta competência está delineada no art. 49, inciso III, da Constituição Federal, que estabelece ser da competência exclusiva do Congresso Nacional “autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar”.

Letra a.

- 002.** (2024/CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL/ADVOGADO) A criação, a transformação e a extinção de cargos, empregos e funções dos serviços da Câmara dos Deputados e do Senado Federal constituem competência privativa da respectiva Casa Legislativa do Congresso Nacional, contudo a fixação dos vencimentos de seus servidores dependerá de lei, observada sua iniciativa.



No que tange especificamente aos serviços da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a competência para criar, transformar ou extinguir cargos, empregos e funções, bem como para fixar os vencimentos dos servidores, é de fato privativa de cada Casa do Congresso Nacional, conforme determina o artigo 51, inciso IV, para a Câmara dos Deputados, e o artigo 52, inciso XIII, para o Senado Federal. Esses artigos estabelecem que é competência privativa de cada Casa dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação

ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observando o que for estipulado na Constituição.

Certo.

003. (2023/EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSERH/ADVOGADO) De acordo com a Constituição Federal de 1988, analise o trecho abaixo. “O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por _____, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de _____ ou mais de _____ Deputados”. Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- a) lei ordinária / dez / oitenta
- b) lei complementar / oito / setenta
- c) lei delegada / doze / noventa
- d) medida provisória / dez / setenta
- e) decreto / oito / oitenta



A Constituição Federal de 1988, no artigo 45, § 1º, estabelece que o número total de Deputados, assim como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população. Essa disposição visa garantir a representação proporcional dos diversos Estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados, com ajustes necessários realizados no ano anterior às eleições. Segundo o mesmo art. 45, § 1º, da CF/1988, é assegurado o número mínimo de oito Deputados por unidade da Federação e o máximo de setenta Deputados.

Letra b.

004. (2023/CONSELHO REGIONAL DOS TÉCNICOS INDUSTRIAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO/ADVOGADO) É competência privativa do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.



De acordo com o artigo 49, inciso I, da Constituição Federal de 1988, é competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. Esse dispositivo assegura que o Poder Legislativo tenha a prerrogativa de analisar e decidir sobre a adesão do Brasil a tratados e acordos internacionais que possam ter impactos

significativos no país, seja em termos financeiros, de comprometimento de recursos ou de imposição de obrigações. Essa competência visa garantir um controle democrático sobre decisões de política externa que possam afetar profundamente o patrimônio e os interesses nacionais.

Errado.

005. (2023/PREFEITURA DE GUARARAPES – SP/PROCURADOR JURÍDICO) Sobre imunidade e inviolabilidade dos membros do poder legislativo, assinale a alternativa correta.

- a) Aplicam-se aos Deputados Estaduais as regras sobre imunidade previstas na Constituição de 1988 aplicáveis aos Deputados Federais.
- b) Aplicam-se aos Vereadores as mesmas regras acerca de inviolabilidade previstas na Constituição de 1988 aplicáveis aos Deputados Estaduais.
- c) Há identidade entre as regras de inviolabilidade previstas para os Vereadores e para os Deputados Federais.
- d) Há inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato em todo o território Nacional.
- e) Os Deputados e Senadores são invioláveis penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, mas não possuem inviolabilidade civil.



De acordo com o artigo 27, § 1º, da Constituição Federal de 1988, “Serão aplicáveis aos Deputados Estaduais as regras da Constituição Federal sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas”. Isso significa que as imunidades previstas para os Deputados Federais e Senadores no âmbito federal também se aplicam aos Deputados Estaduais em seus respectivos estados, adaptando-se ao contexto estadual.

Letra a.

006. (2023/POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO/DELEGADO DE POLÍCIA) Nos termos da Constituição Federal, aprovar o estado de defesa e a intervenção federal é da competência

- a) privativa do Senado Federal, para ambas.
- b) do Senado Federal e do Congresso Nacional, respectivamente.
- c) exclusiva do Congresso Nacional, para ambas.
- d) exclusiva da Câmara dos Deputados, por 3/5 dos seus membros, e do Conselho da República, respectivamente.
- e) privativa do Congresso Nacional e do Presidente da República, respectivamente.



Conforme o art. 49, IV, da CF/1988, “É da competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas”.

Letra c.

007. (2023/CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 14ª REGIÃO/ PROCURADOR JURÍDICO) Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta, em relação à organização dos poderes no Estado.

- a) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e das assembleias legislativas.
- b) O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada estado, em cada território e no Distrito Federal.
- c) Cada estado e o Distrito Federal elegerão três senadores, com mandato de quatro anos.
- d) Cada senador será eleito com dois suplentes.
- e) Somente a Câmara dos Deputados poderá convocar ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade à ausência sem justificativa adequada.



De acordo com o art. 46, § 3º, Constituição Federal de 1988, cada senador é eleito juntamente com dois suplentes. Isso está previsto para assegurar a continuidade da representação do estado ou do Distrito Federal no Senado Federal, caso o Senador titular precise se ausentar por motivos diversos, como licenças ou vacância do cargo antes do término do mandato.

Letra d.

008. (2023/CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DE TOCANTINS/ADVOGADO) No que se refere às competências dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, previstas no texto constitucional de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Compete privativamente ao Poder Judiciário apreciar os atos de concessão e de renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- b) É competência exclusiva do Congresso Nacional zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes.
- c) Cabe ao Poder Executivo resolver definitivamente acerca de tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

- d) Cabe ao Poder Judiciário julgar anualmente as contas prestadas pelo presidente da República e apreciar os relatórios relativos à execução dos planos de governo.
- e) É competência exclusiva do Poder Executivo aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.



Esta competência está expressa no artigo 49, XI, da Constituição Federal de 1988, que prevê que “É da competência exclusiva do Congresso Nacional zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros poderes”. Essa previsão visa evitar que o Executivo ou o Judiciário usurpem funções legislativas que são exclusivas do Legislativo.

Letra b.

009. (2023/PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NATAL/PROCURADOR DO MUNICÍPIO)
A respeito do Poder Legislativo, assinale a opção correta.

- a) Matéria constante de projeto de lei rejeitado não poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa.
- b) Os vereadores, assim como os deputados estaduais, possuem foro especial por prerrogativa de função.
- c) A partir da data de sua posse, os deputados federais e os senadores serão submetidos a julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- d) Deputado federal que for nomeado como secretário de prefeitura municipal perderá automaticamente o mandato legislativo.
- e) O vereador possui imunidade material por suas opiniões, palavras e votos, desde que no exercício do mandato e na circunscrição de seu município.



De acordo com o art. 29, VIII, da CF/1988, é prevista a “inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município”.

Letra e.

010. (2023/PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NATAL/PROCURADOR DO MUNICÍPIO)
A respeito das comissões parlamentares de inquérito (CPI), assinale a opção correta.

- a) O investigado que não compareça a uma audiência designada por uma CPI poderá responder por crime de desobediência.
- b) CPI pode determinar a indisponibilidade de bens do investigado para assegurar o ressarcimento de eventual prejuízo causado ao erário.

- c) CPI não possui competência para ter acesso a dados sigilosos do investigado, sendo necessária decisão judicial para tal providência.
- d) As CPI não são dotadas de quaisquer competências sancionatórias.
- e) É atribuição do primeiro-secretário da Câmara dos Deputados aferir o preenchimento dos requisitos necessários à instauração de uma CPI.



De fato, a CPI não possui competência para aplicar sanções penais ou administrativas.

Letra d.

011. (2024/SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTO DE COQUEIRAL (SAAE COQUEIRAL) – MG/AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS) A estrutura dos poderes no Brasil está dividida em Executivo, Legislativo e Judiciário. Qual dos cargos a seguir faz parte do poder Legislativo?

- a) Prefeito.
- b) Governador.
- c) Ministro.
- d) Presidente.
- e) Senador.



A alternativa correta é E. O Poder Legislativo no Brasil é composto por representantes eleitos para criar, modificar e revogar leis, além de fiscalizar a Administração Pública. No nível federal, o Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que inclui a Câmara dos Deputados e o Senado Federal (art. 44, da CF/1988).

Letra e.

012. (2024/SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA DO PIAUÍ/POLICIAL PENAL) “A TRIPARTIÇÃO DOS PODERES NO SISTEMA JURÍDICO PÁTRIO É, HODIERNAMENTE, CONSAGRADA POR NORMATIVIDADE CONSTITUCIONAL.” (MASSON, NATHALIA. MANUAL DE DIREITO CONSTITUCIONAL. BAHIA: JUSPODIVM, 2021.) No quadro de divisão de funções entre os Poderes da República, tocam ao Legislativo as tarefas precípuas de legislar e de fiscalizar. Sobre o funcionamento do poder legislativo, segundo o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA)

- a) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e cada legislatura terá a duração de oito anos.
- b) Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário, e cada Estado e o Distrito Federal elegerão 2 Senadores, com mandato de oito anos.

- c) Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- d) Compete privativamente à Câmara dos Deputados, autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- e) Compete ao Senado Federal eleger os membros do Conselho da República.



- a) Errada. Cada legislatura tem a duração de quatro anos e não de oito, conforme o art. 44, parágrafo único, da CF/88.
- b) Errada. Cada Estado e o Distrito Federal elegem três Senadores, conforme o art. 46, § 1º, da CF/88. O mandato é de oito anos.
- c) Errada. Cabe ao Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que impliquem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, mas não é exigida a sanção presidencial, de acordo com o art. 49, I, da CF/88.
- d) Certa. De acordo com o artigo 51, I, da Constituição Federal de 1988, a Câmara dos Deputados possui a competência privativa para autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República, bem como contra Ministros de Estado.
- e) Errada. Tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal elegem membros para o Conselho da República (art. 51, V, e art. 52, XIV, da CF/1988).

Letra d.

013. (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL/PROCURADOR) O controle legislativo ou parlamentar é aquele exercido pelo Poder Legislativo sobre os atos do Poder Executivo, a partir de critérios políticos ou financeiros e nos limites fixados pelo texto constitucional. Os casos de controle parlamentar sobre o Poder Executivo devem constar expressamente da Constituição Federal, pois consagram verdadeiras exceções ao princípio constitucional da separação de poderes, não se admitindo, destarte, a sua ampliação por meio da legislação infraconstitucional. Nesse sentido, acerca do controle legislativo, assinale a alternativa INCORRETA)

- a) As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) são instituídas nas Casas Legislativas para apuração de fatos determinados e por prazo certo, com poderes de julgar e punir os investigados.
- b) O Senado Federal possui a prerrogativa de processar e julgar os crimes de responsabilidade cometidos pelo Presidente da República, Vice-Presidente e outras autoridades.

- c) O Congresso Nacional tem competência exclusiva para julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.
- d) As Casas Legislativas e suas comissões podem convocar Ministros de Estado e outras autoridades administrativas para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de crime de responsabilidade.
- e) É da competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas.



A alternativa incorreta é A. As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), conforme o artigo 58, § 3º, da Constituição Federal de 1988, têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, mas não possuem competência para julgar e punir. O papel das CPIs é apurar fatos específicos e colher provas para eventuais ações judiciais, recomendando medidas ao Ministério Público e a outros órgãos competentes, mas sem a capacidade de aplicação de sanções diretamente.

Letra a.

014. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO)
A respeito do Poder Legislativo, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal.

- a) Durante o recesso, haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita pela Mesa do Congresso Nacional na última sessão ordinária do período legislativo.
- b) É da competência exclusiva do Congresso Nacional mudar temporariamente sua sede, desde que com a sanção do Presidente da República.
- c) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Governador de Território.
- d) Compete privativamente ao Congresso Nacional avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.
- e) A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, militares e em tempo de guerra, independerá de prévia licença da Casa respectiva.



- a) Errada. De acordo com o art. 58, § 4º, da CF/1988, durante o recesso haverá uma Comissão Representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, e não pela Mesa do Congresso Nacional.
- b) Errada. Essa competência é exclusiva do Congresso, conforme o art. 49, VI, da CF/1988, e não exige sanção do Presidente da República.

- c) Certa. A CF/1988, no art. 52, III, "c", dispõe que compete privativamente ao Senado Federal aprovar, por voto secreto, após arguição pública, a escolha do Governador de Território.
- d) Errada. Trata-se de uma competência do Senado Federal, conforme o art. 52, XV, da CF/1988.
- e) Errada. A incorporação de parlamentares às Forças Armadas, mesmo em tempo de guerra, depende de licença prévia da Casa respectiva, conforme o art. 53, § 7º, da CF/1988.

Letra c.

015. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDÔNIA/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO) Considere que Gustavo é deputado federal e está passando por problemas familiares, o que fez com que ele perdesse, na última sessão legislativa, metade das sessões ordinárias da Câmara dos Deputados. Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) atualmente se prevê que a perda do mandato parlamentar depende da votação da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
- b) como há justificativa para a perda das sessões ordinárias, ainda que não haja licença ou afastamento para tratar de interesse particular, Gustavo não perderá o cargo.
- c) não há qualquer problema na conduta de Gustavo, pois a Constituição prevê a perda do cargo exclusivamente nas faltas às sessões extraordinárias.
- d) Gustavo perderá o mandato de deputado.
- e) para que Gustavo perdesse o cargo, ele precisaria perder dois terços das sessões ordinárias da Câmara dos Deputados.



A alternativa correta é a letra D. No caso hipotético, Gustavo perdeu metade das sessões ordinárias, o que excede o limite de um terço permitido sem licença ou justificativa formal. Portanto, ele está sujeito à perda do mandato, conforme o art. 55, III, da CF/1988.

Letra d.

016. (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE TOCANTINS/ANALISTA LEGISLATIVO - ÁREA: TÉCNICO JURÍDICO - ADAPTADO) As comissões parlamentares de inquérito são exemplos do exercício do controle externo, controle este de titularidade do parlamento.



As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) constituem um mecanismo fundamental de controle externo exercido pelo Poder Legislativo. Elas são instauradas tanto no âmbito federal (Congresso Nacional) quanto nos níveis estadual e municipal, sempre com o objetivo de investigar fatos específicos que afetem o interesse público. Esse controle externo,

previsto na Constituição Federal (art. 58, § 3º), confere ao Legislativo a prerrogativa de fiscalizar e apurar responsabilidades dentro dos atos do Poder Executivo e de entidades públicas. A CPI possui poderes próprios de investigação, semelhantes aos das autoridades judiciais, o que inclui a possibilidade de requisitar documentos, realizar diligências, convocar testemunhas e tomar depoimentos. Esses poderes ampliam a capacidade do Legislativo de fiscalizar e investigar profundamente os atos administrativos, corrigindo irregularidades e, quando necessário, encaminhando relatórios ao Ministério Público para eventual abertura de processos judiciais.

Certo.

017. (2024/CÂMARA DOS DEPUTADOS/ANALISTA LEGISLATIVO - CONSULTOR LEGISLATIVO - ÁREA: XXII) Maria, Deputada Federal, com participação ativa na política estadual, divulgou, em seu informativo eletrônico mensal, notícia da prática de crime contra a Administração Pública em seu Estado de origem. Por se sentirem atingidos em sua honra, os gestores, cuja identidade seria facilmente conhecida a partir da narrativa de Maria, consultaram um advogado em relação à possibilidade de responsabilizá-la pelo ilícito praticado em detrimento de sua honra, sendo-lhes corretamente esclarecido que

- a) Maria não pode ser responsabilizada na situação descrita na narrativa, em razão da incidência da cláusula de imunidade material.
- b) Maria somente poderia ser responsabilizada caso fosse demonstrado que o crime atingiu bens ou interesses da União, o que não consta da narrativa.
- c) a responsabilização de Maria é possível, considerando o seu envolvimento na política estadual e os evidentes benefícios que obteria com a notícia que veiculou.
- d) Maria não pode ser responsabilizada por palavras, opiniões e críticas exaradas no curso do mandato, com abstração de sua essência e dos respectivos destinatários.
- e) a não responsabilização de Maria, com base na sua imunidade material, está associada ao caráter oficial do informativo, tornando-se possível caso seja particular.



A Constituição Federal, em seu art. 53, “caput”, estabelece a imunidade material para os Deputados e Senadores, que garante que não podem ser responsabilizados civil ou penalmente por opiniões, palavras e votos no exercício do mandato. Isso inclui a veiculação de críticas e denúncias relacionadas ao exercício de suas funções. Importante mencionar que o informativo eletrônico de Maria, ao divulgar a prática de crime contra a Administração Pública, está diretamente ligado ao seu dever de fiscalizar a administração pública, que é uma das atribuições dos parlamentares. Portanto, a publicação faz parte do exercício regular de suas funções como deputada.

Letra a.

018. (2024/CÂMARA DOS DEPUTADOS/ANALISTA LEGISLATIVO - CONSULTOR LEGISLATIVO - ÁREA: XXII) Em razão de uma série de circunstancialismos que se apresentaram no território brasileiro, envolvendo tensão com alguns países fronteiriços, começou a se disseminar a informação de que Deputados Federais poderiam vir a ser incorporados às Forças Armadas. Considerando os balizamentos estabelecidos pelas normas afetas à temática, é possível concluir que

- a) apenas os Deputados Federais que sejam militares podem ser incorporados, o que pode ocorrer em tempo de paz ou em tempo de guerra, sendo necessária licença da Câmara dos Deputados.
- b) os Deputados Federais, militares ou não, podem vir a ser incorporados, o que pressupõe a existência de declaração de guerra e licença da Câmara dos Deputados.
- c) somente os Deputados Federais que sejam militares podem ser incorporados, o que ocorrerá independentemente de licença da Câmara dos Deputados.
- d) os Deputados Federais podem ser incorporados às Forças Armadas, o que sempre depende de prévia licença da Câmara dos Deputados.
- e) os Deputados Federais, a exemplo dos Senadores, não podem ser incorporados enquanto permanecerem no exercício do mandato.



A alternativa correta é D. De acordo com o art. 53, § 7º, da Constituição Federal de 1988, tanto Deputados quanto Senadores podem ser incorporados às Forças Armadas, mas isso só ocorrerá mediante prévia licença da Casa Legislativa a que pertencem. Esse requisito se aplica tanto em tempos de paz quanto em tempos de guerra. A Constituição estabelece essa exigência como uma forma de resguardar a independência do mandato parlamentar, evitando que membros do Legislativo sejam obrigados a interromper seu exercício para desempenhar funções militares sem o consentimento da Casa respectiva.

Letra d.

019. (2024/CÂMARA DOS DEPUTADOS/ANALISTA LEGISLATIVO - CONSULTOR LEGISLATIVO - ÁREA: XXII) Em determinado contexto histórico, foi identificado o risco de grupos armados estrangeiros, classificados como terroristas, virem a invadir o território nacional, o que ensejaria a decretação do estado de sítio. Temerosos de sofrer restrições em suas imunidades caso esta medida extrema fosse decretada, alguns Deputados Federais se reuniram para discutir se o risco poderia vir a se concretizar. Ao fim de suas reflexões, os Deputados Federais concluíram corretamente que, nas circunstâncias indicadas,

- a) as imunidades não podem ser restringidas, já que são atributos do Poder Legislativo.
- b) as imunidades deixam de subsistir caso o estado de sítio perdure por mais de 60 (sessenta) dias.
- c) somente são suspensas as imunidades previstas no decreto do Presidente da República, devidamente aprovado pelo Congresso Nacional.
- d) as imunidades podem ser suspensas, em relação a quaisquer atos praticados pelos Deputados Federais, pelo voto de dois terços dos membros da Casa Legislativa.
- e) a suspensão das imunidades, além do quórum qualificado de decisão, exige que sejam incompatíveis com o estado de sítio, e somente alcança os atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional.



- a) Errada. Embora sejam garantias do Poder Legislativo, as imunidades parlamentares podem ser suspensas durante o estado de sítio, desde que cumpridas as condições constitucionais já citadas.
- b) Errada. A Constituição não determina a perda das imunidades após um prazo específico (como 60 dias); a suspensão depende de incompatibilidade com o estado de sítio e do voto qualificado da Casa.
- c) Errada. A suspensão das imunidades não se dá automaticamente por previsão no decreto do Presidente da República; é necessária aprovação pelo Congresso Nacional e o voto de dois terços dos membros da Casa.
- d) Errada. A suspensão das imunidades exige o quórum de dois terços, mas somente ocorre em relação a atos incompatíveis com o estado de sítio e realizados fora do recinto do Congresso Nacional, não abrangendo quaisquer atos dos parlamentares.
- e) Certa. Segundo o art. 53, § 8º, da Constituição Federal, durante o estado de sítio, as imunidades parlamentares podem ser suspensas, mas somente se forem incompatíveis com a situação. Para que essa suspensão ocorra, é necessário o voto de dois terços dos membros da respectiva Casa Legislativa. Essa suspensão se limita aos atos praticados fora do Congresso Nacional, preservando a atuação dos parlamentares dentro do recinto legislativo.

Letra e.

020. (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/TÉCNICO LEGISLATIVO – ÁREA LEGISLATIVA)
Pedro, Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado Alfa, em um congresso de parlamentares estaduais realizado em Brasília, fez duras críticas ao Governador do Estado Alfa, o que levou este último agente a consultar sua assessoria em relação à possibilidade de responsabilizar o referido Deputado Estadual. A assessoria respondeu corretamente que

- a) Pedro pode ser responsabilizado, desde que haja autorização prévia do Plenário da Assembleia Legislativa.
- b) os Deputados Estaduais, como qualquer cidadão, devem ser responsabilizados por suas palavras e opiniões.
- c) a responsabilização de Pedro, por suas palavras e opiniões no exercício da função, não é possível na situação descrita.
- d) o Governador do Estado pode responsabilizar Pedro, mas a Assembleia Legislativa pode suspender a tramitação do processo.
- e) apesar de os Deputados Estaduais terem imunidade material, Pedro pode ser responsabilizado, já que suas críticas foram proferidas fora do território do Estado Alfa.



A alternativa correta é C. A Constituição Federal, no art. 53, “caput”, prevê a imunidade material para parlamentares, estendendo essa proteção aos deputados estaduais em relação a suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato, conforme entendimento jurisprudencial e doutrinário. A imunidade protege a liberdade de expressão dos parlamentares no exercício da função, mesmo fora do território do estado, desde que as críticas estejam relacionadas com o exercício do mandato e questões de interesse público.

Letra c.

021. (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/ANALISTA LEGISLATIVO – ÁREA: REVISOR – ADAPTADO) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e voto e, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.



O art. 53, “caput”, da CF/1988, garante a imunidade material, dispondo que os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato. Essa imunidade visa assegurar a liberdade de atuação parlamentar, protegendo o congressista contra responsabilizações que possam limitar ou constranger sua atuação política. Por seu turno, o art. 53, § 1º, da CF/1988, trata do foro por prerrogativa de função ao estabelecer que, desde a expedição do diploma, os parlamentares federais (Deputados e Senadores) são submetidos ao julgamento perante o STF nas infrações penais comuns. Importante mencionar que o STF, ao interpretar esse dispositivo, definiu que essa prerrogativa vale somente para crimes cometidos durante o mandato e relacionados ao exercício das funções parlamentares (ADPF 496 e outros precedentes).

Certo.

022. (2024/PREFEITURA SAPEZAL – MT/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) De acordo com a Constituição Federal de 1988, é de competência exclusiva do Congresso Nacional:

- a) nomear Ministros do Tribunal de Contas
- b) autorizar referendo e convocar plebiscito
- c) aprovar a escolha do Procurador-Geral da República
- d) proceder a tomada de contas do Presidente da República



A alternativa correta é a B. A Constituição Federal atribui ao Congresso Nacional a competência exclusiva para autorizar referendo e convocar plebiscito, conforme art. 49, XV, da CF.

Letra b.

023. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE TOCANTINS/ANALISTA MINISTERIAL – ÁREA PSICOLOGIA) As comissões parlamentares de inquérito, embora tenham poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, não podem determinar, mesmo que fundamentadamente, a quebra do sigilo telefônico do investigado, porque essa medida constitui cláusula de reserva de jurisdição.



A afirmativa está incorreta. Embora as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) realmente não possuam o poder de interceptar comunicações telefônicas — medida que é de competência exclusiva do Poder Judiciário e requer autorização judicial por se tratar de cláusula de reserva de jurisdição —, as CPIs podem, sim, determinar a quebra do sigilo telefônico (ou seja, o acesso aos registros de dados e informações relativas às ligações, sem conteúdo das conversas). Essa distinção é importante: o acesso ao sigilo de dados telefônicos pode ser concedido pelas CPIs quando há justificativa e vínculo com o objeto investigado, enquanto a interceptação das comunicações (escuta em tempo real das conversas) é reservada ao Poder Judiciário.

Errado.

024. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE TOCANTINS/TÉCNICO MINISTERIAL – ÁREA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) O presidente da República pode ser convocado pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal para, pessoalmente, prestar informações sobre assunto previamente determinado, configurando-se crime de responsabilidade sua ausência sem a adequada justificção.



A afirmativa está incorreta. Segundo o art. 50, “caput”, da Constituição Federal de 1988, a convocação de autoridades para prestar informações diretamente ao Legislativo se aplica

a Ministros de Estado e aos titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, mas não ao Presidente da República.

Errado.

025. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DE TOCANTINS/TÉCNICO MINISTERIAL - ÁREA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) A instauração de comissões parlamentares de inquérito exige a formulação de requerimento por um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, e a deliberação do plenário da respectiva Casa Legislativa.



A afirmativa está incorreta. A instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) não exige deliberação do plenário da respectiva Casa Legislativa. Conforme o art. 58, § 3º, da Constituição Federal de 1988, basta o requerimento de um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal para que a CPI seja instaurada, independentemente de votação ou aprovação pelo plenário. As CPIs têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e destinam-se à apuração de fato determinado e por prazo certo, conforme estabelecido pela Constituição Federal.

Errado.

026. (2024/CÂMARA DE VENÂNCIO AIRES – RS/AUXILIAR LEGISLATIVO) Segundo as disposições do Capítulo I – Do Poder Legislativo, do Título IV – Da Organização dos Poderes, da Constituição Federal vigente, compete privativamente ao Senado Federal, aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, entre outras, a escolha de:

- I. Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.
- II. Presidente e diretores do Banco Central.
- III. Procurador-Geral da República.
- IV. Governador do Distrito Federal.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas III e IV.
- c) Apenas I, II e III.
- d) Apenas II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.



A alternativa correta é c) Apenas I, II e III. Vamos analisar cada item:

I. Certa. Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República. Correto. A aprovação da escolha dos Ministros do TCU pelo Senado é uma competência privativa do Senado Federal, conforme o art. 52, III, "b", da CF/1988.

II. Certa. Presidente e diretores do Banco Central. Correto. O Senado Federal também aprova a nomeação do Presidente e dos diretores do Banco Central, conforme o art. 52, III, "d", da CF/1988.

III. Certa. Procurador-Geral da República. Correto. O Procurador-Geral da República é indicado pelo Presidente da República e sua nomeação deve ser aprovada pelo Senado, de acordo com o art. 52, III, "e", da CF/1988.

IV. Errada. Governador do Distrito Federal. Incorreto. O Governador do Distrito Federal é eleito e não precisa da aprovação do Senado para assumir o cargo.

Letra c.

027. (2024/MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO)

A respeito das imunidades de Deputados e Senadores, com base na Constituição Federal, é correto afirmar que

- a) os Deputados e Senadores, a partir da posse, serão submetidos cível e penalmente a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) os Deputados e Senadores militares, em tempo de guerra, serão incorporados às Forças Armadas, independentemente de deliberação da respectiva Casa.
- c) os Deputados e Senadores podem ser obrigados a testemunhar sobre informações recebidas em razão do exercício do Mandato.
- d) as imunidades de Deputados e Senadores não subsistirão durante o estado de sítio.
- e) a sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.



Vamos analisar cada alternativa:

a) Errada. Conforme a Constituição Federal, os Deputados e Senadores gozam de imunidade em relação a suas opiniões, palavras e votos, mas a prerrogativa de foro diz respeito apenas ao julgamento de crimes penais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e não abrange ações cíveis.

b) Errada. A incorporação de Deputados e Senadores às Forças Armadas, mesmo que sejam militares, depende de autorização da Casa Legislativa a que pertencem, conforme o art. 53, § 7º, da CF.

- c) Errada. Conforme o art. 53, § 6º, da CF/1988, Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.
- d) Errada. As imunidades subsistem mesmo durante o estado de sítio, conforme o art. 53, § 8º, da CF.
- e) Certa. Conforme o art. 53, § 5º, da CF/1988, “A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato”.

Letra e.

028. (2024/INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL/ADVOGADO) No que diz respeito aos “deputados e senadores”, assinale a alternativa incorreta.

- a) Não perderá o mandato o Deputado ou Senador licenciado pela respectiva Casa para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse 90 (noventa) dias por sessão legislativa
- b) Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações
- c) Perderá o mandato o Deputado ou Senador que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado
- d) É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas
- e) Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal



Conforme o art. 56, II, da CF/1988, “Não perderá o mandato o Deputado ou Senador: licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa. As demais alternativas estão de acordo com a Constituição Federal.

Letra a.

029. (2024/PREFEITURA DE PATO BRAGADO – PR/MOTORISTA) No Brasil, a Lei Maior é a Constituição Federal, na qual se encontram as normas que orientam os legisladores sobre quais assuntos eles devem ou podem tratar. Entre os listados, assinalar aqueles que, no Brasil, NÃO são enquadrados na categoria de legisladores:

- a) Vereadores.
- b) Deputados.
- c) Senadores.
- d) Promotores.



No Brasil, a categoria de legisladores é composta por aqueles que têm a função de criar, alterar ou revogar normas jurídicas e fiscalizar a Administração Pública. o que inclui: a) Vereadores: membros das Câmaras Municipais que legislam em nível municipal; b) Deputados: membros da Câmara dos Deputados, que legislam em nível federal; c) Senadores: membros do Senado Federal, que também legislam em nível federal. Por outro lado, Promotores são membros do Ministério Público, cuja função é promover a justiça, fiscalizar a lei e defender os direitos da sociedade, mas não têm o poder de legislar. Assim, a alternativa que não é enquadrada na categoria de legisladores é: d) Promotores.

Letra d.

030. (2024/PREFEITURA DE LORENA – SP/ANALISTA – ÁREA: PROCURADORIA) Acerca das imunidades materiais e formais de parlamentares, considere as seguintes assertivas:

“I – inviolabilidade por opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do respectivo ente federado”.

“II – desde a expedição do diploma, são submetidos a julgamento por questões de natureza penal exclusivamente perante Tribunais e respectivos órgãos colegiados, conforme o âmbito da federação em que exerçam mandato, vedada a competência aos juízes de primeira instância”.

“III – desde a expedição do diploma, não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas ao órgão legislativo respectivo, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão”.

Deve-se reconhecer como aplicável aos Vereadores o contido em:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.



Para analisar as assertivas sobre as imunidades materiais e formais de parlamentares, é importante considerar o que a Constituição Federal do Brasil estabelece para cada uma dessas assertivas, especialmente no que diz respeito aos Vereadores.

I. Certa. Inviolabilidade por opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do respectivo ente federado. Essa assertiva é verdadeira e se aplica aos Vereadores, pois a inviolabilidade por opiniões, palavras e votos é uma prerrogativa prevista no art. 29, inciso VIII, da Constituição Federal, que assegura essa proteção.

II. Errada. Desde a expedição do diploma, são submetidos a julgamento por questões de natureza penal exclusivamente perante Tribunais e respectivos órgãos colegiados, conforme o âmbito da federação em que exerçam mandato, vedada a competência aos juízes de primeira instância. Essa assertiva é falsa para os Vereadores. A imunidade penal dos Vereadores não é idêntica à dos Deputados e Senadores. Embora os Vereadores tenham imunidade, não há previsão expressa de que sejam julgados apenas por tribunais, vale dizer, a Constituição Federal não assegura foro especial para Vereadores.

III. Errada. Desde a expedição do diploma, não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas ao órgão legislativo respectivo, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão. Essa assertiva é falsa, haja vista que essa imunidade formal não é prevista para os Vereadores.

Portanto, a alternativa correta é: b) I, apenas.

Letra b.

031. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE PERNAMBUCO/SOLDADO) No que concerne ao Poder Legislativo, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional para mandato de oito anos.
 - () Na vigência do mandato, os membros do Congresso Nacional não podem ser responsabilizados por atos estranhos ao exercício de suas funções.
 - () As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
 - () A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.
- a) V – F – V – F.
b) V – V – F – V.
c) F – F – F – V.

d) F – V – F – V.

e) F – F – V – F.



Vamos analisar cada uma das afirmações sobre o Poder Legislativo e verificar se são verdadeiras (V) ou falsas (F):

O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional para mandato de oito anos. FALSO – O Senado é composto por representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema majoritário, e não proporcional, para um mandato de oito anos.

Na vigência do mandato, os membros do Congresso Nacional não podem ser responsabilizados por atos estranhos ao exercício de suas funções. FALSO – Essa é uma prerrogativa do Presidente da República, conforme o art. 86, § 4º, da CF/1988 (veremos isso ao tratar sobre Poder Executivo).

As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal. FALSO – As medidas provisórias são votadas inicialmente na Câmara dos Deputados e, após aprovação, são enviadas ao Senado (veremos isso no capítulo sobre Processo Legislativo Constitucional).

A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva. VERDADEIRO – Conforme o art. 53, § 7º, da CF/1988, “A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva”.

Portanto, resposta certa é c) F – F – F – V.

Letra c.

032. (2024/CÂMARA DE BETIM – MG/PROCURADOR LEGISLATIVO) A fixação de limites globais para a dívida consolidada e para a dívida mobiliária dos Municípios é da competência

- a) das Assembleias Legislativas.
- b) das Câmaras Municipais.
- c) do Senado Federal.
- d) dos Tribunais de Contas Estaduais.



Conforme o art. 52, IX, da CF/1988, “Compete privativamente ao Senado Federal: estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Letra c.

033. (2024/CÂMARA DE BETIM – MG/PROCURADOR LEGISLATIVO – ADAPTADO) A imunidade material dos vereadores aplica-se apenas na circunscrição do Município.



A imunidade material dos vereadores se aplica apenas aos atos praticados na circunscrição do respectivo Município, ou seja, os vereadores estão protegidos em relação a opiniões, palavras e votos no exercício de suas funções dentro de seu Município, conforme prevê o art. 29, VIII, da CF/1988.

Certo.

034. (2024/CÂMARA DE BETIM – MG/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – ÁREA: TÉCNICO DE APOIO) Sobre as comissões parlamentares e as regras previstas na Constituição da República de 1988, assinale com V as afirmativas verdadeiras e com F as falsas.

() Na constituição de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

() Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.

() O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

() As comissões podem convocar Ministros de Estado e o chefe do Poder Executivo para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições.

Assinale a sequência correta.

a) V F F V

b) F V F V

c) V V V F

d) F F V F



Vamos analisar cada afirmativa sobre as comissões parlamentares conforme a Constituição Federal de 1988:

() Na constituição de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa. Verdadeira (V). A Constituição garante a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares na formação das comissões, conforme o art. 58, § 1º, da CF/1988.

() Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil. Verdadeira (V). As comissões têm a atribuição de realizar

audiências públicas com a participação da sociedade civil, de acordo com o art. 58, § 2º, II, da CF/1988.

() O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação. Verdadeira (V). As comissões podem ser permanentes ou temporárias e são constituídas conforme as normas regimentais, segundo o art. 58, “caput”, da CF/1988.

() As comissões podem convocar Ministros de Estado e o chefe do Poder Executivo para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições. Falsa (F). As comissões não têm o poder de convocar o chefe do Poder Executivo; segundo o art. 50, “caput”, da CF/1988, que diz que “A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada”. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023).

Portanto, a sequência correta é: c) V V V F

Letra c.

035. (2024/PREFEITURA DE ISRAELÂNDIA – GO/AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO) O Poder Legislativo brasileiro exerce uma função crucial na estrutura política do país, sendo uma das três esferas do sistema de tripartição de poderes. Constituído pelo Congresso Nacional, esse poder tem como principal incumbência a formulação, análise e aprovação das leis que regem a nação. Além disso, cabe a ele a supervisão das ações do Executivo e a representação dos interesses da população. Esse poder é composto por cinco cargos distintos, entre os quais se encontram:

- a) Os Deputados, Prefeitos e Vereadores.
- b) Os Senadores, Deputados e Vereadores.
- c) Os Deputados, Governadores e Prefeitos.
- d) Os Senadores, Prefeitos e Governadores.



A alternativa correta é B. No Brasil, o Poder Legislativo é composto pelos Senadores e Deputados Federais, que formam o Congresso Nacional em nível federal. Nos Estados, temos os Deputados Estaduais nas Assembleias Legislativas, e, no âmbito municipal, os Vereadores nas Câmaras Municipais. Os Prefeitos e Governadores, por outro lado, fazem parte do Poder Executivo, não do Legislativo.

Letra b.

036. (2024/TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA) De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente

- a) ao Senado Federal aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- b) ao Congresso Nacional aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- c) ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- d) à Câmara dos Deputados suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- e) à Câmara dos Deputados avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.



- a) Certa. De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato, conforme o art. 52, inciso XI.
 - b) Errada. A aprovação dos chefes de missão diplomática é competência privativa do Senado Federal, não do Congresso Nacional, conforme o art. 52, inciso IV.
 - c) Errada. Compete ao Senado Federal processar e julgar o Presidente, o Vice-Presidente e Ministros de Estado, após autorização de dois terços da Câmara dos Deputados (art. 52, inciso I).
 - d) Errada. Não há previsão constitucional para a Câmara dos Deputados suspender a execução de leis declaradas inconstitucionais pelo STF. Trata-se de uma competência do Senado Federal, conforme o art. 52, X, da CF/1988.
- E: A avaliação periódica do Sistema Tributário Nacional é função do Senado Federal, conforme o art. 52, inciso XV.

Letra a.

037. (2024/CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL/ADVOGADO) A criação, a transformação e a extinção de cargos, empregos e funções dos serviços da Câmara dos Deputados e do Senado Federal constituem competência privativa da respectiva Casa Legislativa do Congresso Nacional, contudo a fixação dos vencimentos de seus servidores dependerá de lei, observada sua iniciativa.



A afirmativa está correta. De acordo com o art. 51, IV, e o art. 52, XIII, da Constituição Federal de 1988, a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções nos serviços da Câmara dos Deputados e do Senado Federal são de competência privativa de cada uma dessas Casas. Entretanto, a fixação dos vencimentos dos servidores dessas Casas depende de lei específica, cuja iniciativa é da própria Câmara dos Deputados ou do Senado, respeitando, ainda, os limites constitucionais de remuneração.

Certo.

038. (2024/CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL/ANALISTA TÉCNICO) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal são dotados de diversos órgãos e comissões essenciais para o adequado funcionamento do processo legislativo. Esse processo envolve a criação, o exame e a aprovação de uma variedade de propostas legislativas, incluindo leis ordinárias, medidas provisórias, emendas constitucionais, decretos legislativos e resoluções, todas vitais para o relacionamento eficaz da sociedade. Cada categoria de proposição legislativa é submetida a um procedimento específico de tramitação. A respeito dessa temática, julgue o item que se segue. Na constituição da mesa e de cada comissão, os partidos políticos devem ser representados, tanto quanto possível, proporcionalmente ao número de vagas que ocupam no plenário da casa.



A afirmativa está correta. Conforme o art. 58, § 1º, da Constituição Federal de 1988, tanto na constituição da Mesa quanto na formação de cada Comissão das Casas Legislativas, deve-se assegurar a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares, na medida do possível. Essa norma visa garantir a pluralidade e a participação democrática, refletindo a composição do Plenário na direção e nas atividades internas das Comissões.

Certo.

039. (2024/CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL/ANALISTA TÉCNICO) O mandato de senadores é composto por duas sessões legislativas e oito legislaturas.



A afirmativa está incorreta. Na verdade, o mandato de um Senador tem duração de oito anos, enquanto cada legislatura é composta por quatro anos. Durante cada legislatura, existem quatro sessões legislativas, uma para cada ano, perfazendo o total de oito sessões legislativas ao longo do mandato do Senador. Assim, o mandato de Senador compreende

oito sessões legislativas (um por ano, ao longo dos oito anos) e duas legislaturas (pois cada legislatura dura quatro anos).

Errado.

040. (2024/CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL/ANALISTA TÉCNICO) É da competência exclusiva do Congresso Nacional, por meio de resolução, apreciar tratados, atos, acordos e convênios internacionais e demais instrumentos de política externa.



A afirmativa está incorreta. A apreciação de tratados, acordos e atos internacionais é uma competência exclusiva do Congresso Nacional, conforme o art. 49, I, da Constituição Federal. No entanto, essa apreciação é feita por meio de decreto legislativo, e não de resolução. A diferença é importante, pois o decreto legislativo é o instrumento adequado para tratar de assuntos que dependem de aprovação pelo Congresso Nacional (nas duas Casas), mas que não necessitam da sanção do Presidente da República, como é o caso dos tratados internacionais.

Errado.

041. (2024/CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL/ANALISTA TÉCNICO) A mesa do Congresso Nacional é presidida pelo presidente do Senado Federal e os demais cargos são exercidos pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados, para manter o equilíbrio de poderes entre as duas casas legislativas.



A afirmativa está incorreta. De fato, a Mesa do Congresso Nacional é presidida pelo Presidente do Senado Federal, como previsto no art. 57, § 5º, da Constituição Federal. No entanto, os demais cargos da Mesa do Congresso Nacional não são ocupados pelos integrantes da Mesa da Câmara dos Deputados. Em vez disso, conforme diz a Constituição Federal, “A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal”.

Errado.

042. (2024/PREFEITURA DE GUAMARÉ – RN/ASSESSOR JURÍDICO) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a competência para estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, recai privativamente sobre

- a) o Senado Federal.
- b) o Congresso Nacional.
- c) a Câmara dos Deputados.
- d) o Presidente da República.



A alternativa correta é a A: o Senado Federal. Conforme o art. 52, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, compete privativamente ao Senado Federal estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida consolidada e da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Esta competência visa assegurar o controle e a responsabilidade fiscal em todos os níveis da federação.

Letra a.

043. (2024/PREFEITURA DE CAMAÇARI – BA/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional compete

- a) ao Congresso Nacional.
- b) à Câmara dos Deputados.
- c) ao Senado Federal.
- d) ao presidente da República.
- e) ao ministro da Justiça.



Trata-se de uma competência do Congresso Nacional prevista no art. 49, XVIII, da CF/1988.

Letra a.

044. (2024/PREFEITURA DE VILA RICA – MT/CONTADOR) O artigo 53 da Constituição Federal estabelece que são invioláveis civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Assinale a alternativa correspondente a essa prerrogativa:

- a) Deputados e Senadores.
- b) Governadores de Estado e Distrito federal.
- c) Ministros da Presidência da República.
- d) Vereadores Municipais.



A alternativa correta é A. O artigo 53 da Constituição Federal de 1988 estabelece que Deputados e Senadores são invioláveis civil e penalmente por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Essa imunidade material protege a liberdade de expressão dos parlamentares no exercício de suas funções, garantindo que eles possam manifestar suas opiniões e

votar livremente sem o risco de responsabilização judicial. Essa prerrogativa aplica-se aos membros do Congresso Nacional e não se estende a governadores, ministros ou vereadores.

Letra a.

045. (2024/PREFEITURA DE VILA RICA – MT/CONTADOR) A respeito da organização dos Poderes, a Constituição Federal no seu artigo 49 estabelece as competências exclusivas do Congresso Nacional. Analise quais dos itens abaixo correspondem a competências exclusivas do Congresso Nacional e a seguir assinale a alternativa correta.

- I – Poder de aplicar a lei nos casos concretos submetidos à apreciação do Congresso;
 - II – Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;
 - III – Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa
- a) Apenas as alternativas I e III estão corretas;
 - b) Apenas a alternativa I está correta;
 - c) Apenas as alternativas II e III estão corretas;
 - d) Apenas as alternativas I e II estão corretas;



Análise dos Itens:

I. Errada. Poder de aplicar a lei nos casos concretos submetidos à apreciação do Congresso; Incorreta. O Congresso Nacional não tem o poder de aplicar a lei em casos concretos. Essa função é exercida pelo Poder Judiciário, que é responsável por interpretar e aplicar a legislação em casos específicos.

II. Certa. Aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas; Correta. Essa é uma competência exclusiva do Congresso Nacional, conforme o artigo 49, IV, da Constituição Federal, que determina que essas autorizações devem ser feitas pelo Legislativo.

III. Certa. Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa; Correta. O Congresso Nacional tem a competência de sustar atos do Executivo que extrapolem suas competências, conforme previsto no artigo 49, inciso V, da Constituição Federal.

Letra c.

046. (2024/PREFEITURA DE SERRA DA RAIZ-PB/TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL) O abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas, nos termos da Constituição Federal é:

- a) compatível com o decoro parlamentar.
- b) incompatível com o decoro parlamentar.
- c) obrigatório para cumprir o decoro parlamentar.
- d) incentivado para cumprir o decoro parlamentar.
- e) limitado, mas de acordo com o decoro parlamentar.



A resposta correta é B: incompatível com o decoro parlamentar. De acordo com o artigo 55, da Constituição Federal, que trata das hipóteses de perda do mandato, o abuso das prerrogativas asseguradas aos membros do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas é considerado incompatível com o decoro parlamentar (art. 55, § 1º, da CF/1988). Essa incompatibilidade é uma forma de garantir a integridade e a ética no exercício do mandato parlamentar, assegurando que os parlamentares atuem de maneira responsável e dentro dos limites legais.

Letra b.

047. (2024/PREFEITURA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL/ANALISTA DE COMPRAS – ÁREA: CONTRATOS E LICITAÇÕES) Analise as informações a seguir:

I. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos estados, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

II. A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de oito em oito anos, alternadamente, por um e dois terços.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As duas afirmativas são verdadeiras.
- b) A afirmativa I é verdadeira, e a II é falsa.
- c) A afirmativa II é verdadeira, e a I é falsa.
- d) As duas afirmativas são falsas.



I. Errada. A afirmativa I é falsa, pois a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal (art. 45, “caput”, da CF/1988).

II. Errada. A afirmativa II é falsa, pois, à luz do art. 46, § 2º, da CF/1988, “A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços”.

Letra d.

048. (2024/PREFEITURA DE SANTA MARIA DE JETIBÁ – ES/ENFERMEIRO – 20H – ADAPTADO)

A sistemática constitucional de organização dos Poderes, baseada na Teoria da Separação dos Poderes, apresentada por Aristóteles e desenvolvida por Locke e Montesquieu, tem por fundamento o aumento da eficiência do Estado, pela distribuição de suas funções em órgãos especializados. Desse modo, temos na estrutura organizacional do Estado três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário, exercendo suas funções típicas e atípicas. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional e, sobre as suas funções, marque certo ou errado. Compete ao Congresso Nacional dispor, com a sanção do Presidente da República, sobre os limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens de domínio da União.



É uma competência do Congresso Nacional, conforme o art. 48, V, da CF/1988.

Certo.

049. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO PARÁ/PRAÇA) De acordo com a CF, a competência para autorizar o Presidente da República a decretar o estado de sítio, nos casos de declaração de estado de guerra, pertence

- a) ao Conselho de Defesa Nacional.
- b) ao Conselho da República.
- c) ao Senado Federal.
- d) ao Congresso Nacional.
- e) à Câmara dos Deputados.



A alternativa correta é D. Conforme o art. 49, IV, da CF/1988, “É da competência exclusiva do Congresso Nacional: aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas”.

Letra d.

050. (2024/PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS – SP/ANALISTA EM GESTÃO MUNICIPAL – ÁREA DIREITO) Maria, professora de ciência política, questionou João, seu aluno, a respeito do processo de escolha de Deputados Federais e Senadores, mais especificamente em relação ao sistema de escolha e ao número de legislaturas pelas quais se estendem os mandatos. João respondeu corretamente que

- a) Deputados Federais são escolhidos pelo sistema majoritário, e os Senadores pelo sistema proporcional, sendo que o mandato de ambos se estende por período equivalente a uma legislatura.

- b) Deputados Federais e Senadores são escolhidos pelo sistema majoritário, sendo que o mandato dos primeiros se estende por período equivalente a duas legislaturas e o dos últimos por período equivalente a três legislaturas.
- c) Deputados Federais e Senadores são escolhidos pelo sistema proporcional, sendo que o mandato dos primeiros se estende por período equivalente a quatro legislaturas e o dos últimos por período equivalente a oito legislaturas.
- d) todos os parlamentares, em qualquer nível federativo, são escolhidos pelo sistema proporcional, sendo que o mandato se estende por uma legislatura, havendo renovações parciais do Senado Federal, a cada eleição, em um terço e em dois terços, alternadamente.
- e) Deputados Federais são escolhidos pelo sistema proporcional, e Senadores, pelo sistema majoritário, sendo que o mandato dos primeiros se estende por período equivalente a uma legislatura e o dos últimos, por período equivalente a duas legislaturas.



A alternativa correta é E.

Sistema de Escolha: 1) Deputados Federais: são eleitos pelo sistema proporcional. O sistema proporcional é usado para garantir que os partidos políticos ou coligações tenham representação de acordo com o número de votos que recebem; 2) Senadores: são eleitos pelo sistema majoritário (o mais votado é o eleito).

Mandato: 1) Deputados Federais: o mandato é de quatro anos, correspondente a uma legislatura; 2) Senadores: o mandato é de oito anos, e a renovação se dá a cada eleição, sendo feita parcialmente, com um terço ou dois terços dos Senadores sendo eleitos a cada eleição.

Letra e.

051. (2022/PREFEITURA DE IBEMA-PR/ASSESSOR JURÍDICO) Temos como atribuições do Congresso Nacional, de acordo com a nossa Carta Magna, em seu artigo 48 dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente, sobre as alternativas abaixo, exceto:

- a) Sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;
- b) Fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;
- c) Declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneça, temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;
- d) Incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembleias Legislativas;



As competências trazidas pela letra C são do Presidente da República, conforme o art. 84, XIX, XX e XXII, da CF/1988.

Letra c.

052. (2022/CRT-03/TÉCNICO ADMINISTRATIVO) O Poder Legislativo poderá desempenhar, atipicamente, a função jurisdicional.



A Constituição Federal traz hipóteses em que o Poder Legislativo exercerá de forma atípica a função jurisdicional, como, por exemplo, julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.

Certo.

053. (2022/PGM RECIFE-PE/PROCURADOR JUDICIAL MUNICIPAL) A aprovação prévia da escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente compete

- a) exclusivamente à Câmara dos Deputados.
- b) privativamente ao Senado Federal.
- c) privativamente à Câmara dos Deputados.
- d) exclusivamente ao Congresso Nacional.
- e) exclusivamente ao presidente da República.



Segundo o art. 52, IV, da CF/1988, “compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente”.

Letra b.

054. (2022/PGE-ES/RESIDÊNCIA JURÍDICA) Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão 3 (três) Senadores, com mandato de 8 (oito) anos.
- b) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- c) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário simples, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

d) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de 8 (oito) ou mais de 70 (setenta) Deputados.



De acordo com o art. 45, "caput", da CF/1988, "a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo **sistema proporcional**, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal".

Letra c.

055. (2022/PGE-ES/RESIDÊNCIA JURÍDICA) Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para, EXCETO:

- a) Inaugurar a sessão legislativa.
- b) Receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República.
- c) Elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas.
- d) Receber o compromisso do Presidente, do Vice-Presidente da República, do Governador do Distrito Federal e seu respectivo vice.



Conforme o art. 57, § 3º, da CF/1988, "além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para: I - inaugurar a sessão legislativa; II - elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas; III - **receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República**; IV - conhecer do veto e sobre ele deliberar".

Letra d.

056. (2022/IPREV/ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO II) Por meio das Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), o Poder Legislativo fiscaliza a Administração Pública. Sobre o tema, está correto o que se afirma em :

- a) As comissões parlamentares de inquérito têm caráter permanente, sendo vedadas comissões temporárias.
- b) As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, mediante requerimento da maioria absoluta de seus membros.
- c) Às comissões, apesar de em razão da matéria de sua competência, não cabe realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.

d) Durante o recesso, haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na penúltima sessão ordinária do período legislativo.

e) Às comissões Parlamentares de Inquérito, em razão da matéria de sua competência, cabe convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.



É o que está no “caput” do art. 50 da CF/1988, para quem “a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de **suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado** ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República **para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado**, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada”.

Letra e.

057. (2022/SAP-SC/ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO II) Sobre a organização do Poder Legislativo na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

b) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

c) Cada Território elegerá oito Deputados.

d) Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

e) O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.



É o que estabelece o art. 44, “caput”, da CF/1988, segundo o qual “o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal”.

Letra c.

058. (2022/TCE-PB/AUDITOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO) Competem às comissões parlamentares de inquérito a apuração de irregularidades e a aplicação das respectivas sanções, constituindo tais competências hipóteses de controle político.



Quem aplica as sanções, se for o caso, é o Ministério Público, conforme o que diz a parte final do art. 58, § 3º, da CF/1988, segundo o qual “as comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros

previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, **sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores**".

Errado.

059. (2022/TJ-PI/OFFICIAL DE JUSTIÇA E AVALIADOR) Dentro do modelo bicameral, o Senado Federal detém a prerrogativa de fazer leis e de fiscalizar os atos do Poder Executivo, assim como a Câmara dos Deputados. Todavia há competências privativas do Senado, entre as quais está

- a) dispor sobre a regulamentação das agências executivas e reguladoras.
- b) processar e julgar o Presidente da Câmara dos Deputados.
- c) aprovar, previamente, a indicação do Presidente da República de presidente da Caixa Econômica Federal.
- d) autorizar a abertura de processo contra o presidente e o vice-presidente da República e ministros de Estado.
- e) eleger os integrantes do Conselho da República.



Segundo o art. 52, XIV, da CF/1988, "compete privativamente ao Senado Federal eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII".

Letra e.

060. (2022/MPE-PA/ANALISTA JURÍDICO) Trinta e quatro Senadores da República da oposição pretendem instaurar Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar suposto esquema de superfaturamento na realização de obras públicas em âmbito federal. A respeito do tema, assinale a afirmativa correta.

- a) No caso em apreço, o quórum para requerimento de instalação da CPI não foi atingido.
- b) A garantia da instalação da CPI depende, além do atingimento do quórum necessário, de deliberação plenária do Senado.
- c) Na constituição da CPI, deverá ser assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa.
- d) A CPI, uma vez instalada, poderá requerer a convocação do Chefe do Poder Executivo da União para depor, caso existam indícios de seu envolvimento em práticas ilícitas.



É o que determina o art. 58, § 1º, da CF/1988, para quem **“na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa”**.

Letra c.

061. (2022/DPE-AM/ASSISTENTE TÉCNICO DE DEFENSORIA/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO) Constitui competência exclusiva do Congresso Nacional:

- a) Resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- b) Nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- c) Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução.
- d) Decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- e) Editar medidas provisórias com força de lei.



Conforme o art. 49, I, da CF/1988, **“é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”**.

Letra a.

062. (2022/TRF-4ª REGIÃO/JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO) Assinale a alternativa CORRETA. A respeito do regime jurídico-constitucional de deputados e senadores:

- a) a incorporação às forças armadas de deputados e senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de licença do Congresso Nacional.
- b) perderão o mandato quando investidos no cargo de Ministro de Estado.
- c) serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.
- d) não poderão, desde a posse, ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- e) devem ser obrigatoriamente brasileiros natos.



De acordo com o art. 54, II, d, da CF/1988, **“os Deputados e Senadores não poderão desde a posse ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo”**.

Letra d.

063. (2022/CRT-04/ASSISTENTE JURÍDICO) O Poder Legislativo exerce tipicamente a função legiferante, sendo-lhe vedado, portanto, julgar, ainda que atipicamente.



Conforme dito, o Poder Legislativo exerce atipicamente a função de julgar, nos casos previstos na Constituição Federal.

Errado.

064. (2022/SEA-SC/ANALISTA TÉCNICO ADMINISTRATIVO) É da Competência exclusiva do Congresso Nacional:

- a) mudar temporariamente sua sede.
- b) escolher um terço dos membros do Tribunal de Contas.
- c) mudar de forma definitiva sua sede.
- d) sustar os atos normativos do Poder Judiciário.
- e) julgar semestralmente as contas prestadas pelo Presidente da República.



De acordo com o art. 49, VI, da CF/1988, "é da competência exclusiva do Congresso Nacional mudar temporariamente sua sede".

Letra a.

065. (2022/CRC-PR/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos estados, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada estado, em cada território e no Distrito Federal.



Segundo o "caput" do art. 45 da CF/1988, "a Câmara dos Deputados compõe-se de **representantes do povo**, eleitos, pelo sistema **proporcional**, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal".

Errado.

066. (2022/CÂMARA DE LAGOA DE ITAENGA-PE/TESOUREIRO) A Constituição Federal define a quem cabe dispor sobre todas as matérias de competência da União, aqui exclusivamente falando do plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual. Tendo por referência a regra constitucional, o órgão competente para dispor sobre o tema é:

- a) a Câmara dos Deputados.
- b) o Senado Federal.
- c) o Poder Executivo.

- d) o Congresso Nacional.
- e) o Tribunal de Contas da União.



Conforme o art. 48, II, da CF/1988, “**cabe ao Congresso Nacional**, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: [...] **plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual**, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado”.

Letra d.

067. (2022/ PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC/ADVOGADO) De acordo com a Constituição da República de 1988, em relação a Organização dos Poderes – do Congresso Nacional, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.
- b) Cada Senador será eleito com três suplentes.
- c) A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de dois em dois anos, alternadamente, por um e dois terços.
- d) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de quatro anos.



É o que estabelece o “caput” do art. 45 da CF/1988.

Letra a.

068. (2022/PGE-RJ/ANALISTA PROCESSUAL) As conclusões das comissões parlamentares de inquérito podem ser encaminhadas ao Ministério Público apenas em relação às questões que envolvam a responsabilidade criminal dos acusados.



Na verdade, o encaminhamento ao Ministério Público ocorrerá nos casos de responsabilização **civil e criminal**. Conforme o art. 58, § 3º, da CF/1988, “as comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, **sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores**”.

Errado.

069. (2022/PGE-AM/ASSISTENTE PROCURATORIAL) Suponha-se que, observados os requisitos pertinentes, seja admitida a acusação contra o Presidente da República pela prática de crime de responsabilidade. Nesse caso, de acordo com a Constituição Federal, o Presidente da República

- a) será submetido a julgamento perante o Senado Federal.
- b) continuará a exercer suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal até que sobrevenha sentença condenatória.
- c) será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- d) ficará suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) ficará suspenso de suas funções apenas se, após o prazo de 180 dias contados da instauração do processo, o julgamento não for concluído.



De acordo com o art. 52, I, da CF/1988, “**competete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente** e o Vice-Presidente da República nos **crimes de responsabilidade**, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles”.

Letra a.

070. (2022/MPE-RJ/PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO/CONCURSO XXXVI) Nos termos do que permite a Constituição Federal, e considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal, as Comissões Parlamentares de Inquérito têm poderes constitucionais para determinar

- a) a interceptação telefônica do acusado.
- b) diligência de busca e apreensão domiciliar.
- c) condução coercitiva do acusado para interrogatório.
- d) a quebra de registros telefônicos pretéritos.
- e) a indisponibilidade de bens do acusado.



As comissões parlamentares de inquérito podem determinar o afastamento do sigilo de dados telefônicos (o registro das ligações). O que não pode é determinar a interceptação das comunicações telefônicas, uma vez que é uma matéria reservada à jurisdição.

Letra d.

071. (2022/DPE-TO/DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO) Consoante as disposições da Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, na hipótese

de ser imputada ao presidente da República prática de infração penal comum, o juízo de admissibilidade quanto à instauração do processo caberá

- a) à Comissão de Constituição e Justiça.
- b) ao Senado Federal.
- c) ao Supremo Tribunal Federal.
- d) à Câmara dos Deputados.
- e) ao Congresso Nacional.



Segundo o art. 51, I, da CF/1988, “**compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar**, por dois terços de seus membros, **a instauração de processo contra o Presidente** e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado”.

Letra d.

072. (2022/TELEBRAS/TÉCNICO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) A Câmara dos Deputados é composta por representantes do povo eleitos pelo sistema proporcional, e o Senado Federal é formado por representantes das unidades da federação e do Distrito Federal, que são eleitos segundo o princípio majoritário.



É o que determinam os arts. 45 e 46, da CF/1988.

Certo.

073. (2022/SES-RS/ODONTÓLOGO/EDITAL Nº 15) Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), nos crimes de responsabilidade, admitida a acusação pela Câmara de Deputados, o Presidente da República será processado e julgado pelo

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Senado Federal.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Conselho Nacional de Justiça.
- e) Conselho da República.



É o que estabelece o art. 52, I, da CF/1988.

Letra b.

074. (2022/PREFEITURA DE ESTEIO-RS/TÉCNICO EM INFORMÁTICA) O Poder Legislativo da União é exercido pelo Congresso Nacional, o qual é composto:

- a) Pela Câmara dos Deputados, apenas.
- b) Pelo Senado Federal, apenas.
- c) Pelos Ministros de Estado.
- d) Pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.
- e) Pelos integrantes do Conselho da República.



Segundo o art. 44, "caput", da CF/1988, "o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal".

Letra d.

Abra



caminhos



crie

futuros

gran.com.br

